



DOSSIÊ TEMÁTICO

Rio+20 e a Cúpula dos Povos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Núcleo de Teoria Social e América Latina

Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues

Coordenação Executiva: Joyce Louback

Sítio eletrônico: www.netsal.iesp.uerj.br

Email para contato: netsaliesp@gmail.com

Dossiê Temático nº1 – **Rio+20 e a Cúpula dos Povos**

Rio de Janeiro – Novembro de 2012

Documento de apoio à pesquisa produzido pelos integrantes do NETSAL

Responsável Editorial pelo Dossiê: Pedro Borba

Capa e Projeto Gráfico: Clóvis Borba



DOSSIÊ TEMÁTICO

Rio+20 e a Cúpula dos Povos

Sumário

Parte I - Introdução

1. Apresentação	4
2. Cúpulas, cúpulas paralelas e contracúpulas: a Cúpula dos Povos em perspectiva histórica e global – Breno Bringel	6

Parte II – Documentos Oficiais/Declarações

1. Declaração Final: Cúpula dos povos na Rio+20 por justiça social e ambiental	18
2. Manifesto dos povos indígenas na Cúpula dos Povos	21
3. Em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização (I)	26
4. Em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização (II)	29
5. Por una y otra economía y nuevos paradigmas de sociedad (I)	32
6. Por una y otra economía y nuevos paradigmas de sociedad (II)	35
7. Direitos, por justiça social e ambiental (I)	38
8. Direitos, por justiça social e ambiental (II)	41
9. Síntesis informativa de los movimientos (especial Rio+20)	46

Parte III – Análises e Balanços

10. A Conferência Rio+20 e suas polêmicas – Fátima Mello	50
11. Rio +20: o roteiro de Ladislau Dowbor – Ladislau Dowbor	55
12. E se não chegarem a um acordo? – Gabriel Gabanyi	65
13. A lambança brasileira – Gabriel Gabanyi	67
14. O que nos espera após o fiasco da Rio+20? – Cândido Grzybowski	70
15. Reservas e interpretaciones de Bolivia a la declaración “El futuro que queremos” de Río+20 – Estado Plurinacional de Bolivia	73
16. A geopolítica do retrocesso – CLAM/UERJ	76
17. A mensagem sombria, mas de esperança, da Rio+20 – Pedro Chadarevian	80

Apresentação

O **Dossiê Temático NETSAL** é uma nova iniciativa semestral do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Em sua primeira edição dedica-se à **Rio+20** e à **Cúpula dos Povos**, ocorridas em maio de 2012 na cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo do Dossiê Temático é organizar e sistematizar fontes relevantes sobre um tema específico a cada edição, contribuindo para a pesquisa acadêmica e o debate intelectual, neste caso específico, para além do que é suscitado no período próximo a grandes eventos de repercussão midiática. Em virtude disso, o Dossiê não tem a pretensão de abarcar exaustivamente a cobertura jornalística, ou mesmo de ser representativo dela; pelo contrário, temos o intuito de selecionar determinadas fontes primárias e secundárias que, transcendendo em relevância a massa de informação momentânea, se tornam interessantes para um balanço mais distanciado e um estudo mais denso do fato social e histórico em questão.

Ele serve ademais para subsidiar a discussão de temas relevantes da agenda de pesquisa do próprio NETSAL, que continua, desde 2011, no IESP-UERJ as atividades desenvolvidas anteriormente, desde sua fundação em 2005, no antigo IUPERJ. O grupo, coordenado pelos professores Breno Bringel e José Mauricio Domingues, vem formando mestres e doutores nas suas linhas de pesquisa e possui uma ampla rede nacional e internacional de colaboração. Na atualidade, vem discutindo a renovação da teoria crítica e as contestações sociais, com especial atenção para o debate sobre modernidade global, os movimentos sociais e a América Latina em perspectiva comparada. Como parte dessa discussão o NETSAL tem impulsionado uma série de debates, discussões internas e seminários nacionais e internacionais, como o Seminário Internacional 'Modernidade Global e Contestações Sociais' (<http://modernityandcontestation.wordpress.com/>), que, em maio de 2012, reuniu destacados especialistas internacionais de todos os continentes. Finalmente, vale ressaltar que esse dossiê se enquadra em um esforço mais amplo do núcleo em começar a divulgar seus debates e pesquisas.

Destarte, no presente dossiê temático, dedicamos particular atenção aos sujeitos e meios de comunicação alternativa que, a despeito de sua marginalidade diante da comunicação de massa hegemônica, representam um ponto de vista crítico e criativo – por vezes vocalizando sujeitos engajados diretamente na disputa política – que constitui um caminho prolífico para questionar e reconstruir as narrativas hegemônicas que se sedimentam através dos jornais e revistas de maior circulação. Nesse sentido, o Dossiê não tem somente o papel de selecionar material, mas principalmente de pluralizar interpretações.

Na presente edição, ocupamo-nos da **Rio+20** – cúpula intergovernamental sobre desenvolvimento sustentável impulsionada pelas Nações Unidas – e, principalmente, da **Cúpula dos Povos** – encontro articulado por movimentos sociais, ONGs e organizações políticas ao redor da agenda de justiça social e ambiental, como contraponto à reunião oficial. Para organizar o dossiê, dividimo-lo em três partes: *a primeira parte* corresponde a um texto introdutório elaborado especialmente para o dossiê pelo Prof. Breno Bringel. O objetivo central do texto é oferecer uma perspectiva histórica e panorâmica sobre a rede de movimentos que desemboca na Cúpula dos Povos de 2012, uma preocupação negligenciada pela maioria de seus analistas, que em geral não dão ênfase, em sua avaliação do evento, a seu processo de construção e a importantes desdobramentos que dependem em boa medida de dito processo. A partir dessa contribuição, condensamos na *segunda seção* do dossiê uma série de documentos e fontes primárias que julgamos de especial interesse e cuja circulação de mídia foi escassa ou insuficiente no momento dos eventos. Por fim, na *terceira seção*, o foco passa para documentos secundários, como análises e comentários a respeito da Rio+20 e da Cúpula dos Povos – todos em fonte aberta e devidamente referenciados.

Esperamos, por fim, que o documento desperte interesse e seja útil para futuras investigações, além de que a proposta por ele iniciada se desenvolva com sucesso e longevidade.

Equipe NETSAL

Cúpulas, cúpulas paralelas e contracúpulas: a Cúpula dos Povos em perspectiva histórica e global

Breno Bringel¹

Assim como no “Fórum Global” realizado de forma paralela à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (conhecida como Rio-92 ou Eco-92), vinte anos depois a “Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental” também se definiu como um evento paralelo à Conferência oficial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a “Rio+20”. O objetivo deste breve texto é resgatar/discutir, de forma panorâmica, a trajetória histórica e global da “Cúpula dos Povos” com o objetivo de contextualizá-la em um escopo mais amplo de espaços de convergências entre atores sociais nas duas últimas décadas. Destarte, essas reflexões complementam os demais textos de análise contidos nesse dossiê “Rio + 20 e a Cúpula dos Povos”, organizado pelo Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do IESP-UERJ, ao mesmo tempo em que apontam para tensões e desafios centrais na articulação de alternativas políticas e sociais na atualidade.

1. Cúpulas paralelas e protestos globais

Muitas das decisões vitais do mundo contemporâneo são tomadas de forma obscura e distanciadas dos lugares habituais de participação cidadã. Isto tem levado a uma incessante busca de novos interlocutores e adversários/inimigos políticos que desloca a ação coletiva a cenários mais amplos – regionais e internacionais – de articulação, mobilização e incidência. Nas últimas duas décadas podemos identificar vários ciclos (e subciclos) de mobilização, muitos dos quais começam a usar as cúpulas oficiais de chefes de Estado, organizações internacionais e agências multilaterais como marco simbólico de referência para expressar seu descontentamento e demandas sociais.

Um primeiro ciclo embrionário de protestos globais surgiu no final dos anos 1980, com o aparecimento de alguns atos de protesto na América Latina contra a dívida externa e com mobilizações na Europa que passaram a definir novos interlocutores

¹ Professor do IESP-UERJ e coordenador, com José Mauricio Domingues, do NETSAL: <http://www.iesp.uerj.br/corpo-docente/sociologia/breno-bringel/>

globais contra os que se manifestar². Celebrou-se, nesse período, contracúpulas incipientes frente a organizações e instituições financeiras internacionais, como os protestos contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial de Berlim, em 1988, e se produziram as primeiras reflexões sobre as consequências negativas da globalização neoliberal, com ênfase na questão do meio ambiente.

No começo dos anos 1990, dá-se início a um segundo ciclo de protestos globais. A característica principal desse ciclo é sua forma de protesto baseado nas *Cúpulas paralelas*. Nesse momento, frente à participação de algumas ONGs e atores mais institucionalizados no interior das Cúpulas de Alto Nível das Nações Unidas, criaram-se as cúpulas paralelas às oficiais, ainda que mantendo a agenda proposta pelas últimas, como no caso do evento *The Other Economic Summit*, realizado de forma paralela às reuniões do G-7, em 1992. Pode-se, desse modo, falar de um tipo de repertório “reativo”, pois as discussões das cúpulas paralelas estão caracterizadas por uma forte mediação e influência das pautas de discussão das cúpulas oficiais e não na construção proativa de demandas e agendas próprias. Mas o que me interessa destacar especialmente aqui é que um dos principais eventos desse ciclo foi justamente a realização do “Fórum Global” como evento paralelo à Cúpula oficial do Rio-92. ONGs e movimentos sociais de todo o mundo confluíram no Aterro do Flamengo, onde, além de aprovar a “Carta da Terra”³, inauguraram uma nova forma de participação cidadã ante os grandes temas e eventos internacionais. Definem-se, de forma explícita, novos interlocutores e a morfologia, a articulação e a metodologia reticular consolidam-se como novo paradigma.

Nesse ciclo, apareceram também campanhas com vocação de solidariedade internacionalista como “500 anos de resistência” (em que a denúncia de movimentos sociais latino-americanos, principalmente indígenas, frente às comemorações do quinto centenário do descobrimento da América encontra canais e redes de convergências e denúncias compartilhadas com militantes europeus e norte-americanos), e a campanha “50 anos bastam” (contra o quinquagésimo aniversário da criação das instituições de Bretton Woods). De grande importância foi o levantamento zapatista de 1994 e a

² Baseio-me, doravante, para a reconstrução dos ciclos em BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. “Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional”. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v.46, p.28-36, 2010. Além desse texto específico, boa parte da discussão inicial desse texto é fruto de um debate coletivo com Enara Echart e Sara López, a quem agradeço enormemente. Na prática elas poderiam ser coautoras desse texto, isentas de qualquer responsabilidade.

³ Vide a Carta da Terra aqui: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/documentos/0003.html>

celebração do Primeiro Encontro Intergaláctico contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, em que convergem vários movimentos sociais contrários à globalização neoliberal, com grupos de apoio em todas as regiões do mundo. Outros momentos relevantes desta segunda etapa foram: a convocatória das primeiras jornadas de luta global pela Ação Global dos Povos (com o lema “Nossa resistência será tão global como o capital”); os protestos contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a criação da rede ATTAC, coletivo que advoga pela aplicação da Taxa Tobin aos capitais financeiros especulativos e que convocou, em 1999, o Encontro Internacional *Outro Mundo é Possível*, convertido logo no lema do movimento antiglobalização. Esta etapa, que criou importantes centros de reflexão crítica sobre a globalização neoliberal, assim como campanhas de denúncia às empresas transnacionais, finalizou, em 1999, com a irrupção pública do movimento antiglobalização em Seattle.

2. Cúpula dos Povos, contracúpulas e o movimento antiglobalização

Em 1999 nasce midiaticamente o movimento antiglobalização durante os protestos realizados frente à Ronda do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle. A alta visibilização dos protestos nos meios de comunicação de massa chamou a atenção para um movimento que vinha sendo tecido desde anos anteriores. Nessa terceira fase, que dura de 1999 a 2001, e esteve protagonizada por sucessivos protestos e um aumento da intensidade do conflito social, as limitações das cúpulas ou fóruns paralelos levaram à criação de *contracúpulas*. À diferença das cúpulas paralelas, as contracúpulas estavam marcadas pela delimitação de uma agenda própria (proativa), facilitada pela extensão do uso de Internet por parte dos diferentes grupos e coletivos como ferramenta de comunicação interna, formação política, contrainformação e mobilização.

Em Seattle, quase 100.000 pessoas de diferentes procedências (nacionais, culturais, militantes etc.) saíram às ruas e conseguiram colocar no ponto de mira uma organização chave na regulação da geografia global do comércio, até então bastante esquecida pelos movimentos sociais, mas que, desde Seattle, não pôde realizar nenhuma Cúpula sem protestos e pressões dos movimentos. A partir de Seattle, sucedem-se várias contracúpulas frente às reuniões internacionais do G8, FMI, Banco Mundial, União Europeia, Davos, OCDE, entre outros, consolidando-se os elementos fundamentais do movimento antiglobalização. O máximo expoente desta fase é a Ação Global dos Povos

(AGP), instrumento de coordenação de movimentos de base de todos os continentes, que surgiu em Genebra em 1998 e se reunia periodicamente. A AGP desempenhou um papel central na construção e difusão de protestos articulados globalmente em uma mesma data em diferentes lugares do mundo, assim como na delimitação de pautas, objetivos e inimigos comuns. No entanto, esta lógica de mobilizações e contracúpulas demonstraram também algumas de suas limitações, como o desgaste e a repressão sofrida nas ações contra a Cúpula do G-8 em Gênova em 2001. Além disso, ainda durante esta fase, desenvolveu-se uma maior tensão com aqueles atores que sugeriam a necessidade de espaços com caráter mais propositivo e de debates, o que levou ao surgimento do Fórum *Outro Davos*, que, de alguma maneira, pode ser considerado um dos mais importantes antecedentes do Fórum Social Mundial.

Também é importante destacar que nesses intensos anos de mudança de século surgiu uma série de redes dinamizadoras, dinâmicas de difusão e espaços de convergência que possibilitam o intercâmbio de experiências, a formação da ação coletiva transnacional e a visibilização de determinadas campanhas, demandas e eixos temáticos de protesto. Um desses espaços foi a *Cúpula dos povos*, associada recentemente no Brasil de forma quase exclusiva à Rio+20, mas com um histórico muito mais amplo, cujo surgimento, evolução e transformações podem dizer muito a propósito de alguns desafios atuais e futuros para as redes e mobilizações sociais transnacionais, bem como para a construção de alternativas políticas e sociais abrangentes.

A I Cúpula dos Povos realizou-se em 1998 em Santiago do Chile, antes inclusive dos midiáticos protestos de Seattle. Serviu como um dos primeiros grande espaços de protestos contra os tratados de livre comércio na América Latina, possibilitando também uma melhor coordenação e diálogo sobre as alternativas possíveis. A recusa em aceitar o mercado como deus regulador levou à discussão dos seguintes princípios gerais: democracia social, participação, soberania, bem-estar social e redução das desigualdades (entre e dentro das nações e entre os homens, mulheres e raças, etc.). Para este fim, as propostas estiveram focadas em alternativas sobre critérios de sustentabilidade, direitos humanos, trabalho, migração, o papel do Estado, o investimento estrangeiro, finanças internacionais, direitos de propriedade intelectual, agricultura, gênero e resolução de conflitos. Desde um primeiro momento, o meio-ambiente e a agricultura foram os eixos fundamentais de resistência ao livre comércio, devido à relevância para os povos de não estarem submetidos ao controle das

corporações transnacionais que, aliadas geralmente com os governos nacionais, buscam maximizar seus benefícios, encobrendo as consequências sociais e ambientais da implantação de determinadas políticas no campo, por mais que assumam no plano discursivo referências à “sustentabilidade”. Por isso, as redes camponesas e indígenas, principalmente, deslocaram o protagonismo das ONGs no ciclo anterior de protestos e converteram-se na coluna vertebral da luta contra a ALCA, contando com o apoio central de outros setores sociais relevantes como o sindicalismo, os movimentos estudantis e ambientalistas, entre outros.

Por sua vez, a II Cúpula dos Povos foi realizada em Québec (Canadá), em abril de 2001, já no final desse subciclo de alta intensidade de conflito propulsado pelo movimento antiglobalização e em um momento em que já eram visíveis as implicações concretas e os efeitos do TLCAN/NAFTA e do livre comércio no México. Além disso, a ameaça iminente de progresso nos acordos, conforme anunciado dias antes em Buenos Aires, na Declaração da Sexta Reunião dos Ministros de Comércio das Américas, levou a um avanço qualitativo nas articulações regionais, sendo visível o nascimento de novas campanhas nacionais e o afiançamento de outras, como a brasileira, que alertava para o perigo de “mexicanização” do Brasil caso a ALCA fosse aprovada⁴. Em novembro daquele mesmo ano, seria realizado em Havana o Encontro Hemisférico contra a ALCA, que, influenciado pelo grande interesse despertado pelo Fórum Social Mundial e sua contraposição a Davos, propôs um “Consenso de Havana” que superasse o “Consenso de Washington”. O objetivo era construir uma agenda alternativa continental, com base na *integração dos povos* e na justiça social, de modo que, além de resistência ativa, fossem consideradas várias iniciativas imediatas para a defesa de um desenvolvimento “realmente” sustentável e a luta contra a pobreza, a exclusão social e a desigualdade.

3. A Cúpula dos Povos, o FSM e o “ciclo propositivo”

De Quebec e Havana à próxima contra-cúpula, realizada de forma paralela à Reunião de Ministros em 2002 em Quito, e à III Terceira Cúpula dos Povos, a polarização social e os conflitos se estenderam consideravelmente na América Latina. A crise na Argentina em dezembro de 2001 serviu como uma inflexão no processo de lutas

⁴ Ver o livro *Campanha Nacional contra a ALCA* (2002), publicado pela editora Expressão Popular, para documentos e análises conjunturais sobre a ALCA e a campanha brasileira.

populares emergentes no início do século. Os protestos massivos do “*Argentinazo*” levaram à organização efêmera, porém intensa, de trabalhadores desempregados que recuperaram fábricas e se organizaram politicamente com vínculos densos. Do *que se vayan todos* na Argentina à insurreição de 2002 na Venezuela após a tentativa golpista da direita, passando pelo papel proativo adquirido pelos movimentos indígenas e camponeses, os protestos e as propostas cresceram de forma paralela a uma série de inovações organizacionais e à densificação das relações e agendas dos movimentos. Além das preocupações já mencionadas, entra fortemente nas agendas movimentalistas a preocupação pela crescente militarização social e das fronteiras (com denúncias, por exemplo, do Plano Colômbia e do Plano Puebla-Panamá), além do aumento da criminalização da contestação em algumas sociedades mais segmentadas. A fragmentação ficava cada vez mais evidente nos países e subregiões onde alguns governos progressistas assumiram uma maior radicalidade programática que chocou de forma frontal com os interesses e privilégios das elites arraigadas no poder. Na Bolívia, por exemplo, a eleição de Evo Morales, após a “Guerra da Água”, o “Setembro Negro” e a “Guerra do Gás”, é um marco histórico em um país onde, pela primeira vez, tenciona-se a criação de um projeto que busca incluir as “maiorias minoritárias”, embora tensões entre o governo do MAS e alguns movimentos sociais mostrem, mais recentemente, as complexidades das relações movimentos sociais/governo e Estado/sociedade no país, reflexo mais amplo do difícil equilíbrio entre a colaboração criativa e a polarização paralizante entre movimentos e governos na região.

Embora as tensões e os conflitos tenham sido uma constante, a correlação de forças da primeira década do século XXI levou, em geral, a uma *tensão criativa* entre a esquerda política e social e à consolidação dos laços de resistências. Um cenário “exemplar” na busca de complementariedades das diferenças (em vez de uma tensão e oposição paralizante) foi a seguinte edição da Cúpula dos Povos. Apesar da eminente estagnação das negociações da ALCA, os EUA decidiram relançar o projeto, encontrando um bloqueio conjunto dos governos progressistas e dos movimentos populares. A Cúpula de Mar del Plata, em novembro de 2005, tornou-se assim um espaço de convergência de grande dinamismo, onde as agendas de alguns governos convergiram com as de muitos movimentos sociais, conseguindo frear o processo da ALCA, além de elaborar um diagnóstico compartilhado sobre a nova estratégia norte-americana baseada em tratados bilaterais de livre comércio. Neste caso, o elemento externo encarnado pelo fantasma do imperialismo norte-americano contribuiu para uma

ação coletiva convergente e para a renovação de um “latino-americanismo” crítico e a reconstrução da identidade regional.

No entanto, após mais de uma década de resistência ativa em vários países, o enterro da ALCA não significou a morte do livre comércio, que passaria a ser ativado principalmente via acordos bilaterais e subregionais, tanto pelos Estados Unidos como pela União Europeia. As principais redes continentais de resistência se coordenaram de forma ágil e descentralizada, embora a capacidade de formação e mobilização tenha dependido muito das diferentes posições dos respectivos governos sobre a ALCA e do potencial das (sub)redes dinamizadoras no âmbito nacional. Nesse sentido, o processo foi marcado por ritmos desiguais, uma vez que, por exemplo, a implantação de uma forte articulação brasileira (na qual desempenharam um papel importante os movimentos sociais, os sindicatos e várias organizações sociais, com base social diversificada) não coincidia com o ritmo mais modesto de atividades realizadas em países onde os movimentos tiveram menor capacidade de incidência e de mobilização.

Por outro lado, surge, nesse momento, um novo tipo de redes transnacionais que passaram a conectar Norte e Sul através de ações conjuntas de movimentos sociais da América Latina com organizações sociais de outras regiões, principalmente da Europa⁵. Movimentos sociais e organizações que atuam nos Estados Unidos também começaram uma articulação incipiente com organizações sociais latino-americanas. No caso euro/latino-americano, começa a se articular a rede “*Enlazando Alternativas*”, um ambicioso processo de resistência biregional iniciado de forma paralela à Cúpula Oficial de Chefes de Estado da União Europeia e da América Latina. O diagnóstico compartilhado era que os acordos comerciais da UE não são menos prejudiciais do que os dos EUA, sendo necessária uma convergência de forças sociais em ambos os lados do Atlântico. Contudo, como os projetos governamentais apelavam não para as “Américas” ou para a “América “Latina” como região, mas sim para acordos bilaterais com países mais permeáveis ao imperialismo norte-americano, surgem novos desafios e cenários para as articulações regionais: como mobilizar os movimentos sociais brasileiros ante um projeto de livre comércio que afeta diretamente o Peru e a Colômbia, mas não o Brasil? Envolver-se-ia a rede brasileira na luta contra um tratado de livre comércio assinado entre os Estados Unidos e a Costa Rica? De que maneira?

⁵ Vide, a este respeito, BRINGEL, Breno; CAIRO, Heriberto. “Articulaciones del Sur global: afinidad cultural, internacionalismo solidario e Iberoamérica en la globalización contra-hegemónica”. *Geopolítica(s): Revista de Estudios sobre espacio y poder*, v. 1, p. 41-63, 2010. E também ECHART, Enara. *Movimientos sociales y Relaciones Internacionales*. Madrid: Catarata, 2008.

Muitas das respostas a essas perguntas, bem como os desafios políticos diante dessa estratégia norte-americana e europeia de “divide e vencerás”, foram intensamente discutidas nas seguintes edições da Cúpula dos Povos pós Mar del Plata, principalmente aquelas realizadas em Cochabamba (Bolívia) no ano de 2006, em Santiago (Chile) em 2007, e em Lima (Peru) em 2008. Em todas essas edições da Cúpula dos Povos buscou-se articular um duplo objetivo: manter uma alta intensidade de mobilização e discussão nas bases, bem como buscar, simultaneamente, uma maior incidência nas agendas políticas em um momento onde muitos dos governos latino-americanos passaram a ser mais receptivos às demandas populares. Esta dupla dimensão nem sempre foi gestada facilmente, pois em alguns casos alguns movimentos e organizações foram intensamente criticados dentro da militância por seu “reformismo” e por sua “aposta pela institucionalidade”, enquanto outros, que não apostaram pela sinergia com governos/Estado, foram acusados de “um novo basismo isolacionista” e de um “autonomismo radical”.

Tensões análogas aconteceram em um dos principais espaços de convergência desse “ciclo propositivo”: o Fórum Social Mundial (FSM), que, desde sua primeira edição em 2001, em Porto Alegre, ocupou um lugar central na visibilização de propostas, além de servir como ponto de encontro e espaço de intercâmbio de experiências de diferentes atores e iniciativas de todo o mundo. No entanto, à medida que o êxito do FSM se incrementa, aumentam também as críticas recebidas. Entre as mais habituais estão: a escassa democracia do encontro; a ênfase nas conferências de importantes intelectuais versus o ativismo horizontal e o trabalho de base; a presença majoritária da classe média europeia e latino-americana; a presença crescente de partidos e líderes políticos (como Chávez ou Lula); a burocratização e institucionalização, entre outros elementos.

Por isso, é importante analisar com atenção, de acordo com cada processo, evento e lugar, a fronteira tênue entre tensão e colaboração entre dinâmicas instituintes e espaços instituídos, e atores guiados por matrizes político-discursivas próximas, porém diferentes, pois matizes de suas lógicas, sensibilidades e fins últimos podem levar a relações de aproximação ou distanciamento em determinadas conjunturas. De forma ampla, pode-se dizer, em diálogo com a proposta de Geoffrey Pleyers⁶, que o FSM, o

⁶ Vide PLEYERS, Geoffrey. *Alter-globalization. Becoming actors in the Global Age*. Cambridge: Polity Press, 2010. E a resenha desse livro por mim publicada em *International Sociology*, v.27, p.658-661, 2012.

movimento antiglobalização e boa parte das redes transnacionais contemporâneas constituíram-se a partir de dois padrões de militância. O primeiro deles tece suas dinâmicas em torno a uma visão de mudança social entendida como um processo que se inicia com o comportamento dos indivíduos e da sociedade, e de um engajamento político baseado na experiência de lutas territorializadas. A construção de espaços autônomos e de antipoderes, a valorização da diversidade, da horizontalidade e da convivência das relações sociais, o recurso à ação direta e a criatividade são recursos centrais para uma perspectiva de transformação social onde a coerência entre as práticas e os valores defendidos torna-se um horizonte fundamental. O local não é visto como reverso do global, porém há uma tendência a valorizar as lutas localizadas, conquanto não necessariamente localistas.

De forma paralela ao perfil prévio, um segundo padrão valoriza mais um conteúdo objetivo, por vezes técnico, mobilizado pela *expertise* em diversas áreas (do direto à economia política) e eixos temáticos (da agricultura às migrações passando pela educação). Trata-se de uma espécie de espaço da *expertise*, onde grupos de “ativistas-especialistas” demonstram o domínio de um objeto específico, que o legitima perante o movimento e a esfera pública. Analisam políticas e debates específicos, buscam construir “racionalmente” alternativas teóricas e políticas, criar indignação e incidir nas políticas públicas. Ao contrário do padrão anterior, prima pela cooperação em vez do conflito e a mudança social adquire uma dimensão mais teórica plasmada em propostas abstratas, em uma priorização da escala global, em uma visão mais institucionalizada e de incidência política que visa à construção de contrapoderes que desloque a arquitetura política atual e fomente a participação ativa dos cidadãos.

As relações entre ambos os padrões de militância e destes com os atores políticos progressistas na América Latina e em outras regiões do mundo variam entre dinâmicas de dicotomização/polarização, absorção e retroalimentação criativa. No caso do FSM, a tentativa de gerir essas tensões, bem como de incorporar regiões e temas ausentes ou pouco discutidos nos Fóruns, leva a um esforço na direção de criar espaços amplos de diálogo, assim como fóruns sociais regionais e temáticos. Com este intuito, a quarta edição se desloca a Mumbai (Índia), alcançando uma ampla participação e mobilização social, e são celebrados numerosos fóruns temáticos. No entanto, na edição posterior, outra vez em Porto Alegre, se agravaram muitas das tensões existentes em edições anteriores, abrindo-se um amplo debate sobre o futuro do Fórum que, em 2006, convoca uma versão descentralizada e policêntrica em Bamako (Mali), Karachi

(Paquistão) e Caracas (Venezuela). A celebração da edição seguinte, no ano de 2007, em Nairóbi (Quênia), põe em questão a desvinculação do FSM com a grande maioria da população local e carente onde o evento é celebrado. Depois, foi feita uma parada, em 2008, na qual somente se convocou um dia de mobilização e ação global, em claro sinal de esgotamento deste quarto ciclo de propostas. Assim, em 2009, na edição amazônica do FSM, em Belém, a mesma questão é levantada por grande parte dos assistentes: qual é o sentido de a população local, sem recursos econômicos e interessada, não poder participar, por não pagar a entrada, em um evento que quer criar outro mundo possível? Alguns podem pensar que se trata de uma questão residual, mas, de fato, as medidas de segurança e a separação militar entre os locais do evento e os bairros limítrofes evocavam imagens que mais pareciam as de uma reunião oficial de uma cúpula do que as de um encontro de organizações e movimentos sociais. A alta presença institucional confirmou outra tendência mais ampla: a pesar de ser um espaço internacional de convergências, os Fóruns e as Cúpulas dos Povos estão muito pautadas pelas dinâmicas e lógicas locais/nacionais das cidades e países que o acolhem. Os casos do FSM de Belém e da Cúpula dos Povos do Rio de Janeiro assim o confirmam, via a “normalização” da institucionalização dos espaços da sociedade civil no Brasil e as dificuldades para elaboração de alternativas mais rupturistas.

4. Sinais de esgotamento, desdobramentos recentes e desafios teóricos e políticos

Observamos como, em um breve período de tempo, as estratégias de ação do movimento antiglobalização, de redes e espaços transnacionais de convergência associados variaram de forma considerável, passando das cúpulas paralelas a um amplo repertório de ações coletivas e manifestações, contracúpulas e, posteriormente, à criação de fóruns próprios de discussão. No entanto, a pesar dos avanços na renovação de um internacionalismo de novo cunho, na geração de quadros interpretativos globais entre as lutas sociais contemporâneas e na articulação de alternativas e ações coletivas de curto prazo, assistimos nos últimos anos a um esgotamento desses ciclos de protesto e proposta global.

Um dos principais paradoxos consiste em que estas redes, espaços de convergências e movimentos surgiram como resposta aos efeitos negativos de um modelo neoliberal, que se pretendia infalível, e após desmascarar dito modelo e suas consequências sociais, econômicas e ambientais, não foram capazes de articular uma

resposta convincente e unificada quando, a partir de 2008, o sistema se vê afetado por crises globais multidimensionais (financeira, mas também energética, alimentar, etc.) que haviam sido denunciadas nas últimas duas décadas⁷.

Frente à ausência dessa contestação global coordenada, cada um dos eixos, redes e movimentos se diluíram para aplicar seu próprio repertório de protestos e propostas em tempos de crise. Isso nos permite encontrar tendências diferenciadas entre o Norte e o Sul ou, se preferirem, entre o centro e a (semi)periferia do sistema mundial. No primeiro caso, principalmente nos países do Sul da Europa e nos Estados Unidos, a maioria dos protestos com ramificações e difusões supranacionais enfrentam as consequências mais diretas da crise econômica (desemprego, precarização e deterioro das condições de trabalho; dismantelamento dos serviços públicos, principalmente educação e saúde, que vem assistindo a paulatinos processos de privatização; etc.). Isso leva a que as diversas expressões da “indignação” se dediquem à defesa de direitos conquistados historicamente mais que à conquista de novos direitos. Além disso, apesar de algumas articulações, campanhas e ações de caráter propriamente europeias (a mais notável provavelmente a greve unificada continental convocada no dia 14 de novembro de 2012), os protestos estão muito pautados pelas conjunturas e debates locais e nacionais. Já no segundo caso, temos processos contraditórios de democratização e des-democratização no sentido tillyano⁸, embora, em geral, exista uma tendência mais forte de conquistas de direitos. A crise global (re)dimensiona as lutas sociais do Sul Global, como bem mostra os debates da Cúpula dos Povos do Rio, de maneira diferente às lutas sociais do Norte: o foco, nesse caso, não está tanto nas consequências diretas da crise financeira, mas sim nas implicações das diversas crises globais inter-relacionadas, como a ecológica, energética, alimentar e, para alguns, civilizacional. A disputa pelos recursos naturais e serviços estratégicos, os bens comuns, os modelos de desenvolvimento e o controle do sistema financeiro estão no cerne das discussões e conflitos.

A Cúpula dos Povos celebrada no Rio de Janeiro teve lugar dentro desse novo contexto e cenário de disputas, o que implica importantes desafios tanto teóricos como políticos. O primeiro deles tem a ver com a busca de mecanismos para a rearticulação

⁷ Este argumento e algumas implicações são desenvolvidos originalmente em BRINGEL, Breno; ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara. Crisis globales y luchas transnacionales. In: E. GRAU; IBARRA, P. (coords.) *Crisis y respuestas en la red. Anuario de movimientos sociales 2009*. Barcelona, Icaria Editorial, p. 210-220, 2009.

⁸ Vide Tilly, Charles (2007) *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. E BRINGEL, Breno (2012) “Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais”. *Revista Sociologia & Antropologia (UFRJ)*, v.2, n.3, p.43-67.

das lutas sociais no âmbito global em tempos de uma crise que tende a fragmentar as resistências ao particularizar seus efeitos localizados. Talvez as contracúpulas já não sejam o espaço mais adequado, mas existem redes de contato e de latência⁹ que podem ser mobilizadas. A rearticulação dessas resistências exige, no entanto, superar criativamente um segundo desafio: a capacidade dos atores sistêmicos em se (re)apropriar discursivamente das demandas dos atores sociais esvaziando e desradicalizando seu significado original. Isso é muito visível na incorporação de certas demandas dos movimentos sociais às agendas públicas e na elaboração de algumas políticas públicas que, longe de resolver os problemas, acabam contribuindo a uma confluência perversa entre capitalismo e meio ambiente ao adjetivar o desenvolvimento capitalista com matizes supostamente humanos e ecológicos. A luta dos movimentos sociais também é uma luta por significados (e significantes) e a revitalização dos discursos e das práticas anticapitalistas são, nesse sentido, a única via para gerar uma alternativa real à economia verde e ao modelo de desenvolvimento sustentável excludente. Mas o horizonte de possibilidades dessa construção exige superar um terceiro desafio: visualizar com maior precisão os meandros do capitalismo contemporâneo e seus atores e articulações, algo complexo devido não somente à financeirização da economia como também à complexa teia de relações e interesses construída entre corporações, capital, Estado e outras instâncias e atores, alguns bastante invisíveis. As configurações de poder na atualidade, em termos multi-escalares e setoriais, precisam, desse modo, ser mais bem examinadas tanto para interpretar as mudanças societárias recentes como para repensar uma proposta convergente e alternativa de sociedade. Os debates da Cúpula dos Povos avançaram nesse sentido, porém resta um longo caminho pela frente. Caminho este que deve ser construído pelos povos em resistência e pela cidadania ativa em suas tensões criativas com os atores engajados em uma perspectiva transformadora.

⁹ Utilizo o termo “redes de latência” no sentido de Alberto Melucci (em *Nomads of the present. Social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple University Press, 1989), pois muitas dessas redes “invisíveis”, mesmo que em *stand-by* ou em situação ativa informal, podem ressurgir com força pública e confluir em lutas determinadas.

1. Declaração Final: Cúpula dos povos na Rio+20 por justiça social e ambiental

Autor: Não se aplica

Data: 22/06/2012

Fonte: <http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/>

Cúpula dos povos na Rio+20 por justiça social e ambiental – em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida

Movimentos sociais e populares, sindicatos, povos e organizações da sociedade civil de todo o mundo presentes na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, vivenciaram nos acampamentos, nas mobilizações massivas, nos debates, a construção das convergências e alternativas, conscientes de que somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza, assumindo o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadore/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito a cidade, e religiões de todo o mundo. As assembléias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências.

As instituições financeiras multilaterais, as coalizões a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em constraste a isso, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro.

Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o

neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro.

As múltiplas vozes e forças que convergem em torno da Cúpula dos Povos denunciam a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista associado ao patriarcado, ao racismo e à homofobia.

As corporações transnacionais continuam cometendo seus crimes com a sistemática violação dos direitos dos povos e da natureza com total impunidade. Da mesma forma, avançam seus interesses através da militarização, da criminalização dos modos de vida dos povos e dos movimentos sociais promovendo a desterritorialização no campo e na cidade.

Avança sobre os territórios e os ombros dos trabalhadores/as do sul e do norte. Existe uma dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente os povos do sul do mundo que deve ser assumida pelos países altamente industrializados que causaram a atual crise do planeta.

O capitalismo também leva à perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos, que continuam sendo privatizados, convertendo direitos em mercadorias e limitando o acesso dos povos aos bens e serviços necessários à sobrevivência.

A atual fase financeira do capitalismo se expressa através da chamada economia verde e de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o super-estímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros.

As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra-hegemônico e transformador.

A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz energética, são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro-urbano-industrial.

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com os trabalhadores/as e povos. A construção da transição justa supõe a liberdade de organização e o direito a contratação coletiva e políticas públicas que garantam formas de empregos decentes.

Reafirmamos a urgência da distribuição de riqueza e da renda, do combate ao racismo e ao etnocídio, da garantia do direito a terra e território, do direito à cidade, ao meio ambiente e à água, à educação, a cultura, a liberdade de expressão e democratização dos meios de comunicação, e à saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

O fortalecimento de diversas economias locais e dos direitos territoriais garante a construção comunitária de economias mais vibrantes. Estas economias locais proporcionam meios de vida sustentáveis locais, a solidariedade comunitária, componentes vitais da resiliência dos ecossistemas. A maior riqueza é a diversidade da natureza e sua diversidade cultural associada e as que estão intimamente relacionadas.

Os povos querem determinar para que e para quem se destinam os bens comuns e energéticos, além de assumir o controle popular e democrático de sua produção. Um novo modelo energético está baseado em energias renováveis descentralizadas e que garanta energia para a população e não para corporações.

A transformação social exige convergências de ações, articulações e agendas comuns a partir das resistências e proposições necessárias que estamos disputando em todos os cantos do planeta. A Cúpula dos Povos na Rio+20 nos encoraja para seguir em frente nas nossas lutas.

Rio de Janeiro, 15 a 22 de junho de 2012.

Comitê Facilitador da Sociedade Civil na Rio+20 – Cúpula dos Povos

2. Manifesto dos povos indígenas na Cúpula dos Povos

Autores: APIB, COICA, CAOI, CICA e CCNAGUA

Data: 27/06/2012

Fonte: <http://www.mst.org.br/Manifesto-dos-indios>

Declaração final do IX Acampamento Terra Livre – Bom viver/Vida plena

Nós, mais de 1.800 lideranças, representantes de povos e organizações indígenas presentes, APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (COIAB, APOINME, ARPINSUL, ARPINSUDESTE, povos indígenas do Mato Grosso do Sul e ATY GUASU), COICA – Coordenadora de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, CAOI – Coordenadora Andina de Organizações Indígenas, CICA – Conselho Indígena da América Central, e CCNAGUA – Conselho Continental da Nação Guarani e representantes de outras partes do mundo, nos reunimos no IX Acampamento Terra Livre, por ocasião da Cúpula dos Povos, encontro paralelo de organizações e movimentos sociais, face à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Depois de intensos debates e discussões realizados no período de 15 a 22 de Junho sobre os distintos problemas que nos afetam, como expressão da violação dos direitos fundamentais e coletivos de nossos povos, vimos em uma só voz expressar perante os governos, corporações e a sociedade como um todo o nosso grito de indignação e repúdio frente às graves crises que se abatem sobre todo o planeta e a humanidade (crises financeira, ambiental, energética, alimentar e social), em decorrência do modelo neodesenvolvimentista e depredador que aprofunda o processo de mercantilização e financeirização da vida e da Mãe Natureza.

É graças à nossa capacidade de resistência que mantemos vivos os nossos povos e o nosso rico, milenar e complexo sistema de conhecimento e experiência de vida que garante a existência, na atualidade, da tão propagada biodiversidade brasileira, o que justifica ser o Brasil o anfitrião de duas grandes conferências mundiais sobre meio ambiente. Portanto, o Acampamento Terra Livre é de fundamental importância na Cúpula dos Povos, o espaço que nos possibilita refletir, partilhar e construir alianças com outros povos, organizações e movimentos sociais do Brasil e do mundo, que assim

como nós, acreditam em outras formas de viver que não a imposta pelo modelo desenvolvimentista capitalista e neoliberal.

Defendemos formas de vidas plurais e autônomas, inspiradas pelo modelo do Bom Viver/Vida Plena, onde a Mãe Terra é respeitada e cuidada, onde os seres humanos representam apenas mais uma espécie entre todas as demais que compõem a pluridiversidade do planeta. Nesse modelo, não há espaço para o chamado capitalismo verde, nem para suas novas formas de apropriação de nossa biodiversidade e de nossos conhecimentos tradicionais associados.

Considerando a relevante importância da Cúpula dos Povos, elaboramos esta declaração, fazendo constar nela os principais problemas que hoje nos afetam, mas principalmente indicando formas de superação que apontam para o estabelecimento de novas relações entre os Estados e os povos indígenas, tendo em vista a construção de um novo projeto de sociedade.

Repúdios

Em acordo com as discussões na Cúpula dos Povos, repudiamos as causas estruturais e as falsas soluções para as crises que se abatem sobre nosso planeta, inclusive:

- Repudiamos a impunidade e a violência, a prisão e o assassinato de lideranças indígenas (no Brasil, caso Kaiowá-Guarani, Argentina, Bolívia, Guatemala e Paraguai, entre outros).

- Repudiamos os grandes empreendimentos em territórios indígenas, como as barragens – Belo Monte, Jirau e outras; transposição do Rio S. Francisco; usinas nucleares; Canal do Sertão; portos; ferrovias nacionais e transnacionais, produtoras de biocombustíveis, a estrada no território TIPNIS na Bolívia, e empreendimentos mineradores por toda a América Latina.

- Repudiamos a ação de instituições financeiras como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que financia grandes empreendimentos com dinheiro público, mas não respeita o direito à consulta as populações afetadas, incluindo 400 regiões no Brasil, e em todos os países em que atuam, inclusive na América Latina e África.

- Repudiamos os contratos de REDD e créditos de carbono, falsas soluções que não resolvem os problemas ambientais e procuram mercantilizar a natureza e ignoram os conhecimentos tradicionais e a sabedoria milenar de nossos povos.

- Repudiamos a diminuição dos territórios indígenas.
- Repudiamos todas as iniciativas legislativas que visem submeter os direitos indígenas ao grande capital, através da flexibilização ou descaracterização da legislação indigenista e ambiental em vários países, como a PEC 215 e o Código Florestal no congresso brasileiro e as alterações propostas no Equador.
- Repudiamos a repressão sofrida pelos parentes bolivianos da IX Marcha pela “Defesa da Vida e Dignidade, Territórios Indígenas, Recursos Naturais, Biodiversidade, Meio Ambiente, e Áreas Protegidas, pelo Cumprimento da CPE (Constituição Política do Estado) e o respeito a Democracia”. Manifestamos nossa solidariedade aos parentes assassinados e presos nesta ação repressiva do estado boliviano.
- Repudiamos a atuação de Marco Terena que se apresenta como líder indígena do Brasil e representante dos nossos povos em espaços internacionais, visto que ele não é reconhecido como legítimo representante do povo Terena, como clamado pelas lideranças deste povo presentes no IX Acampamento Terra Livre.

Propostas

- Clamamos pela proteção dos direitos territoriais indígenas. No Brasil, mais de 60% das terras indígenas não foram demarcadas e homologadas. Reivindicamos o reconhecimento e demarcação imediatos das terras indígenas, inclusive com políticas de fortalecimento das áreas demarcadas, incluindo desintrusão dos fazendeiros e outros invasores dos territórios.
- Reivindicamos o fim da impunidade dos assassinos e perseguidores das lideranças indígenas. Lideranças indígenas, mulheres e homens, são assassinados, e os criminosos estão soltos e não são tomadas providências. Reivindicamos que sejam julgados e punidos os mandantes e executores de crimes (assassinatos, esbulho, estupros, torturas) cometidos contra os nossos povos e comunidades.
- Reivindicamos o fim da repressão e criminalização das lideranças indígenas, como dos parentes que se manifestam contra a construção de Belo Monte. Que as lutas dos nossos povos pelos seus direitos territoriais não sejam criminalizadas por agentes do poder público que deveriam exercer a função de proteger e zelar pelos direitos indígenas.
- Exigimos a garantia do direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado, de cada povo indígena, em respeito à Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, de acordo com a especificidade de cada povo, seguindo

rigorosamente os princípios da boa-fé e do caráter vinculante desta convenção. Precisamos que seja respeitado e fortalecido o tecido institucional de cada um de nossos povos, para dispor de mecanismos próprios de deliberação e representação capazes de participar do processo de consultas com a frente estatal.

- Clamamos pela ampliação dos territórios indígenas.

- Clamamos pelo monitoramento transparente e independente das bacias hidrográficas.

- Clamamos pelo reconhecimento e fortalecimento do papel dos indígenas na proteção dos biomas.

- Pedimos prioridade para demarcação das terras dos povos sem assistência e acampados em situações precárias, como margens de rio, beira de estradas e áreas sem infraestrutura sanitária. Apenas no Brasil, existem centenas de acampamentos indígenas nesta situação. 40% da população destes acampamentos são crianças.

- Clamamos pela melhora das condições de saúde aos povos indígenas, como por exemplo, no Brasil, pelo aumento do orçamento da SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, a implementação da autonomia financeira, administrativa e política dos DSEIs – Distritos Sanitários Especiais Indígenas, e a garantia dos direitos dos indígenas com deficiência.

- Queremos uma Educação Escolar Indígena que respeite a diversidade de cada povo e cultura, com tratamento específico e diferenciado a cada língua, costumes e tradições.

- Exigimos que se tornem efetivas as políticas dos estados para garantia da educação escolar indígena, tal como os territórios etnoeducacionais no Brasil.

- Queremos uma educação escolar indígena com componentes de educação ambiental, que promova a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade de nossos territórios.

- Exigimos condições para o desenvolvimento a partir das tradições e formas milenares de produção dos nossos povos.

Finalmente, não são as falsas soluções propostas pelos governos e pela chamada economia verde que irão saldar as dívidas dos Estados para com os nossos povos.

Reiteramos nosso compromisso pela unidade dos povos indígenas como demonstrado em nossa aliança desde nossas comunidades, povos, organizações, o conclave indígena e outros.

A salvação do planeta está na sabedoria ancestral dos povos indígenas.

RIO DE JANEIRO, 20 DE JUNHO DE 2012

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil,

COICA – Coordenadora de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica,

CAOI – Coordenadora Andina de Organizações Indígenas,

CICA – Conselho Indígena da América Central, e

CCNAGUA – Conselho Continental da Nação Guarani

3. Em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização (I)

Autor: Documento da Plenária nº 2 / Eixo 1: Causas Estruturais e Falsas Soluções

Data: 20/06/2012

Fonte: <http://cupuladospovos.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Plenaria-2-causas-estruturais-final.pdf>

Entre as causas estruturais que provocaram a atual crise ambiental e social sem precedentes – que é uma crise multidimensional e civilizatória – está o atual modelo agro-urbano-industrial de produção e consumo baseado na queima dos combustíveis fósseis e na centralização do poder nas mãos de poucos, bem como em um sistema patriarcal e racista, que traz toda sorte de desigualdades.

Com muita violência e com a sistemática violação dos direitos humanos, os Estados e o capital vêm se apropriando e mercantilizando os bens comuns. O racismo, o machismo, a homofobia e a intolerância religiosa, assim como outras formas de opressão e discriminação, vêm servindo para fortalecer o poder dos Estados. Isso vem provocando microguerras entre as classes sociais devido a divisão artificial entre gênero, religião e origem por não permitir a criação de uma frente de luta contra as causas estruturais que causam as desigualdades.

Agora com a proposta de Economia Verde pretendem aprofundar ainda mais este processo. Isso é possível pelas relações desiguais de poder estabelecidas pelo capitalismo, onde os poderes econômicos e políticos dominantes vêm tomando o controle dos recursos naturais, dos territórios, das populações e seus conhecimentos. O dinheiro público vem sistematicamente financiando a destruição e ajudando a romper com o poder de auto-organização dos povos e com a gestão democrática dos recursos, assim como o cuidado com a natureza e o território. Como exemplo são os megaeventos que expulsam os povos de seus territórios e suas casas, no campo e na cidade.

A divisão internacional do trabalho, a globalização econômica e a extração dos recursos para o mercado global estão na origem do empobrecimento dos países do Sul, assim como a assimetria de poder.

A globalização neoliberal, imposta pelo FMI-BM-OMC e os governos vendidos ao capital financeiro, abriu as portas para exploração selvagem do mundo por parte dos grandes poderes econômicos e financeiros. As corporações transnacionais, como por exemplo, as petroleiras, as mineradoras, as farmacêuticas, o agronegócio, continuam cometendo seus crimes econômicos e ambientais com total impunidade.

Outro processo fundamental para entender a entrada do capital em cada uma das esferas de nossas vidas e da natureza é a financeirização da economia. Vivemos tempos de capitalismo financeiro, que significa que comercializar é especular com dinheiro, ações, riscos e produtos financeiros associados ao que é mais rentável do mundo. Assim, cada vez mais aspectos da vida cotidiana estão sendo dominados pelos mercados financeiros. A privatização dos serviços públicos como água, saúde e educação tem sido parte fundamental na criação de novos mercados de especulação e de mercantilização dos bens comuns.

A criação de endividamento público e privado está no centro do sistema capitalista e a dívida externa é uma forma de imposição das políticas econômicas. A fome é uma forma de imposição das injustiças, assim como o pagamento das dívidas ilegítimas causa a diminuição dos gastos públicos para o cumprimento dos direitos humanos universais como a educação, saúde, etc.

Os países do Norte têm uma dívida ecológica, social e histórica criminal e impagável com o Sul que começou com o colonialismo, a escravidão e a espoliação dos recursos naturais, dos povos indígenas e negros e com a destruição cultural e do território.

A economia verde é mais uma forma de despossuir os povos, com mais apropriação da terra e do território e não pode ser solução para as crises ambientais. Agrava as desigualdades de gênero e o racismo e injustiça ambiental. Grandes projetos de infraestrutura como as grandes hidrelétricas, a matriz energética e o atual modelo de produção e consumo são incompatíveis com o cuidado da vida. Algumas energias renováveis, como a eólica, em mãos das grandes empresas também vêm causando injustiças ambientais e expulsando os povos de seus territórios. Ademais, o modelo energético que promove a economia verde baseado na biomassa repete os erros do modelo energético baseado na exploração e uso dos combustíveis fósseis, como com a bioeconomia – conversão da biomassa em matérias-primas para a agroindústria, o setor energético, entre outros.

A flexibilização ou a substituição das legislações ambientais nos países, os mecanismos de mercado, assim como as monoculturas, o latifúndio e o agronegócio são grandes vetores deste processo. Finalmente, o mecanismo de mercado de carbono, o REDD e outros mecanismos que dão o direito de poluir aos poluidores, vem contribuindo para perpetuar o modelo baseado nos combustíveis fósseis, criar novos mercados financeiros e saquear os territórios e aprofundar as crises socioambientais nos territórios.

Um dos instrumentos de aprofundamento do sistema capitalista já foi colocado em marcha no Direito Comercial Internacional como no interior nos acordos da OMC e dos tratados de livre comércio, que são causas estruturais das injustiças. Os acordos Internacionais de Investimento, como outros TLCs e Acordos bilaterais, representam ameaça aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como à democracia e à soberania dos povos. Estes acordos enfraquecem o direito dos governos de frear a especulação financeira e de regular a favor dos interesses do interesse público, do trabalho decente, dos direitos humanos, do acesso a saúde e à sustentabilidade. Estes outorgam às corporações transnacionais direitos extraordinários sem nenhum tipo de obrigações ou requisitos.

Devemos lançar uma grande ofensiva para desmitificar a tecnologia e as patentes que vem sendo as formas centrais das estruturas de poder para roubar e mercantilizar os comuns. Nos apresentam a tecnologia como a solução para todas as crises (que não se resolvem com a lei, a força e os mercados). Mas a tecnologia não é neutra, mas sim dependente do controle e seu uso pode ter impactos catastróficos para a humanidade e o planeta. Por exemplo, atualmente se propõe a manipulação do clima do planeta como uma das falsas soluções às mudanças climáticas como a geoengenharia, dentre outras ameaças em curso.

Por fim, a colonização de nossa comunicação e cultura, que também são parte dos nossos bens comuns, através de um pensamento único, hegemônico pelo poder econômico, político e religioso, impõe por meio dos meios de comunicação, uma cultura que estimula consumo, criminaliza e invisibiliza os movimentos sociais, estimulando também a violência e mercantilização das mulheres e promovendo racismo e a intolerância religiosa.

4. Em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização (II)

Autor: Documento da Plenária nº 2 / Eixo 2: Nossas Soluções

Data: 20/06/2012

Fonte: <http://cupuladospovos.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Plenaria-2-nossas-Solucoes.pdf>

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos socioambientais, passa pelo fortalecimento da justiça ambiental e climática, pela solidariedade entre os povos e pelo respeito à cosmovisão das diferentes populações e pela defesa do Bem Viver (*Buen Vivir*) como forma de viver em harmonia com a natureza.

Durante a plenária, foram expressos vários direitos e propostas de soluções dos povos que devem ser asseguradas e promovidas como forma a defender os bens comuns e lutar contra a mercantilização e financeirização da vida e da natureza. O primeiro grande bloco é o direito a terra e ao território, expresso por meio de diversas lutas em defesa do ordenamento territorial e por uma regularização fundiária com a participação ativa dos povos, que tem como importante instrumento a Cartografia Social para que as comunidades possam ter controle de seu território; pela Reforma Agrária, promoção da Soberania Alimentar e da Agroecologia; pela criação de políticas públicas estruturantes para fortalecimento dos sistemas de tecnologias sociais e sustentáveis construídas pelos povos; pela proteção ao conhecimento tradicional e pelo combate à biopirataria; pela defesa da pesca artesanal; pela promoção das lutas locais contra os megaprojetos, em especial contra as grandes barragens e as indústrias extrativas do qual saíram propostas de aprovação de uma moratória aos empreendimentos de mineração; pela não exploração das areias betuminosas (*tar sands*) e pela garantia da integridade das áreas naturais prioritárias no mundo como forma a defender os direitos da natureza; a existência obrigatória de consultas prévias e informadas, com mecanismos de participação direta das comunidades em áreas de desenvolvimento urbano e rural, que garanta a participação e decisão pública, inclusive o direito a dizer não a um

determinado projeto; bem como e a extensão da Convenção 169 da OIT para outros povos tradicionais.

Outro bloco de direitos diz respeito ao direito a cidade como forma de acessar os bens comuns da cidade, tais como os espaços públicos e a cultura. A gestão democrática dos espaços públicos com ampla participação popular deve caminhar em oposição à mercantilização dos mesmos e da declaração das cidades como espaços e territórios livres. A luta pelo direito a cidade deve também passar pela oposição ao processo de militarização que vêm ocorrendo nas mesmas, pelo direito à moradia digna e ocupação das moradias vazias frutos da especulação, além do desenvolvimento e fortalecimento de iniciativas que buscam a transição para um novo modelo de cidade que incluem, entre outras, o consumo consciente que promova a economia solidária e feminista, as hortas urbanas, a agroecologia urbana, a bioconstrução e a permacultura.

O direito à água, seja no campo ou na cidade, é um pilar fundamental nesse sentido e deve ser assegurado também por meio de um manejo público e comunitário dos recursos hídricos. Assim como o direito à saúde como serviço público gratuito e de qualidade e o direito à educação por meio de um ensino público forte, de qualidade e quantidade para, atender as demandas da população, e não privatizado.

O direito à cultura, à comunicação e à liberdade de expressão, deve se basear na ressignificação do papel da cultura, através da democratização e do respeito às diferenças e a diversidade cultural. Passa pela valorização e visibilização dos modos de vida das comunidades tradicionais, e pela autodeterminação dos povos, direito à memória e à identidade. A não criminalização dos movimentos sociais e das populações é uma importante dimensão que deve ser assegurada. Nesse sentido, as nossas soluções passam pelo fortalecimento das redes de comunicação entre organizações, movimentos sociais e povos, bem como a defesa e ampliação do uso das ferramentas construídas pelos mesmos como, por exemplo, as rádios comunitárias.

O direito ao não endividamento, por meio da não aquisição de novas dívidas e não pagamento das dívidas cobradas ilegitimamente, pela extensão do controle dos bancos públicos e privados, e pelas auditorias integrais das dívidas em todos os países, com ampla participação e decisão pública e observância dos princípios de justiça fiscal. Exigir mais eficiência e transparência no uso dos recursos financeiros dos bancos públicos é fundamental, bem como inverter a ótica de financiamento, extinguindo a utilização de recursos públicos para grandes projetos que irão causar mais injustiças ambientais. Este direito também passa pela reparação, na qual os países do Norte têm

que pagar pelo uso dos recursos naturais explorados historicamente no Sul e tem como eixo fundamental o decrescimento econômico dos países do Norte. Por fim, nossas soluções também passam pela abolição de todos os mecanismos de financeirização dos bens comuns, da regulação do atual sistema financeiro internacional que avance na criação de um sistema financeiro alternativo, baseado na economia ecológica e na redistribuição de riquezas.

Demandamos também a ratificação do Protocolo de Nagoya Kuala Lumpur do protocolo de Cartagena, em defesa da biodiversidade, da soberania dos povos para que os países de todo o mundo erga um marco jurídico capaz de responsabilizar as empresas transnacionais da biotecnologia por danos gerados por transgênicos ao meio ambiente e a saúde das populações.

São muitas as soluções que vêm sendo desenvolvidas pelos povos. Para que estas possam ser ampliadas e fortalecidas é essencial contar com políticas públicas estruturantes e fundos de apoios a projetos socioambientais para as comunidades locais, assim como a gestão e financiamento público com transparência e controle social de todas as políticas sociais, bem como a reversão de todos os processos de privatização destas políticas.

Para tanto devemos buscar uma nova relação entre os movimentos urbanos e rurais, ampliando a solidariedade entre eles, uma vez que o sistema utiliza de mecanismos semelhantes para expropriar os povos de suas terras e territórios. Assim, processos de resistência coletivos são parte das nossas soluções.

Por fim, precisamos manter e expandir a defesa dos bens comuns que hoje já é feita pelas populações originárias - que os chamam de “o sagrado” -, e construir um acordo mundial entre países e populações que possam defender os bens comuns como algo não mercantilizável. Pensar numa Economia dos Comuns, através de um processo construído de baixo para cima a partir das experiências locais é vital para os povos retomarem a decisão sobre seu futuro e sua economia.

5. Por una y otra economía y nuevos paradigmas de sociedad (I)

Autor: Documento da Plenária nº 5 / Eixo 1: Causas Estruturais e Falsas Soluções

Data: 20/06/2012

Fonte: <http://cupuladospovos.org.br/wp-content/uploads/2012/06/PLENARIA-5-Causas-Estruturais-FINAL.pdf>

La plenaria *Trabajo: Por otra economía y nuevos paradigmas de sociedad* que contó con la participación de mas de 400 personas representando a 35 países de todo el mundo, mujeres y hombres caracterizaron el período de múltiples crisis que atravesamos hoy. Las organizaciones y movimientos, luchadores y luchadoras sociales, nos reunimos en esta plenaria para construir nuevos pensamientos para la humanidad y unidad en la acción, a partir de nuestro acumulado histórico en la generación de alternativas para una nueva sociedad.

El sistema capitalista patriarcal, racista y homofóbico, basado en el extractivismo, la depredación del medioambiente y la sobreexplotación de los seres humanos, vive una profunda crisis civilizatoria: estructural, política, económica, social, cultural y ambiental.

El capitalismo busca reconstruirse, entrando en una fase más aguda de mercantilización y financiarización de los bienes comunes de la naturaleza y sus ciclos naturales, a través de la mentira de la economía verde.

Las Empresas Transnacionales se han apoderado de nuestras vidas y de nuestro planeta, generando la impunidad a través del desmantelamiento y violación sistemática de las legislaciones y la firma de tratados internacionales de comercio e inversiones, que les dan más derechos a “los inversionistas” y al capital que a las personas.

De la misma forma, algunos gobiernos promueven estrategias de militarización dedicándole parte significativa de sus presupuestos nacionales, que podrían ser predestinados a la seguridad social y a los servicios esenciales. Esto deriva en la criminalización, intimidación y asesinatos de los luchadores y luchadoras sociales.

Así, los derechos de los pueblos y de la madre tierra han sido continuamente violentados, la Tierra y sus recursos destruidos, saqueados y contaminados y las

resistencias criminalizadas, mientras las empresas continúan cometiendo sus crímenes con total impunidad.

La gobernanza y políticas de las instituciones multilaterales (FMI, BM, OMC) han servido a los intereses corporativos, mientras que los Estados, las instituciones de la ONU, entre otras, están siendo capturados cada vez con mayor fuerza por las transnacionales. El proceso oficial de Rio+20 y G20 son escenarios donde se diseña y se presenta esta nueva estrategia como una falsa solución a la crisis.

Como consecuencia, vemos la destrucción del Estado y la pérdida del control social y democrático y comunitario sobre los recursos naturales y servicios estratégicos, que continúan siendo privatizados, convirtiendo derechos en mercancías y limitando el acceso a los bienes y servicios necesarios para la supervivencia.

Este modelo genera precarización y trabajo esclavo e infantil, atacando fuertemente a los trabajadores y trabajadoras que sufren accidentes, muertes y enfermedades laborales, así como se ataca el derecho a la organización y la libertad sindical lo que debilita la negociación colectiva y los derechos laborales adquiridos, como la salud laboral, las convenciones colectivas, la protección social, que debe ser entendida como un derecho humano.

Las estrategias de apropiación de tierras, para el agronegocio y extractivismo, impiden la reforma agraria, atacan a la agricultura familiar y campesina, que son la garantía de la soberanía alimentaria, y conlleva la expulsión territorial y económica de campesinas-os, pueblos originarios, trabajadores y trabajadoras, mujeres, jóvenes, negros-as impidiéndoles gozar de la vida plena, obligándolos a migrar en condiciones precarias, desconociendo los derechos humanos de las y los migrantes.

Este modelo ignora una comprensión más amplia del trabajo, como la autogestión y la lógica de los cuidados, así como las propuestas incorporadas en la economía solidaria, la economía feminista, la economía campesina, entre otras. Este sistema se caracteriza por una división sexual del trabajo, donde los hombres son asociados a lo productivo y lo público y las mujeres a lo reproductivo y privado. El patriarcado se expresa a través del Estado, las transnacionales, el trabajo doméstico no reconocido como trabajo, del modelo heteronormativo, la violencia sexista y la mercantilización del cuerpo y vida de las mujeres.

El neoliberalismo permitió la constitución de mercados especulativos sin regulación y con altos lucros, sin producir bienes, servicios o empleos decentes.

Además de poner en contradicción el vínculo intrínseco entre el progreso social, la protección ambiental y el trabajo decente.

Este sistema ha sobrepasado los límites de la naturaleza, el cambio climático y sus consecuencias son una realidad a la que los gobiernos responden con soluciones de mercado, a pesar de requerir respuestas urgentes que cambien significativamente el modelo de producción, reproducción y consumo y lo reemplacen por una economía que esté al servicio de los pueblos, por un paradigma de sustentabilidad basado en una relación dinámica y armónica entre humanidad y naturaleza y entre humanos y humanas.

6. Por una y otra economía y nuevos paradigmas de sociedad (II)

Autor: Documento da Plenária nº 5 / Eixo 2: Nossas Soluções

Data: 20/06/2012

Fonte: <http://cupuladospovos.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Plen%C3%A1ria-5-nossas-solu%C3%A7%C3%B5es.pdf>

Las organizaciones y movimientos sociales nos reunimos en esta plenaria a construir nuevos pensamientos para la humanidad, a partir de nuestro acumulado histórico en la generación de alternativas para una nueva sociedad.

Para avanzar en las alternativas, debemos dejar de pensar desde la perspectiva mercantil y superar las falsas dicotomías que nos han presentado entre la producción y la reproducción y plantearnos nuevas relaciones sociales, basadas en la armonía entre las personas y con la naturaleza y en la solidaridad entre los pueblos.

Nuestras alternativas y propuestas se basan en la igualdad, contemplando la igualdad entre mujeres y hombres, el derecho de las mujeres a una vida sin violencia, a la autonomía sobre nuestros cuerpos y sexualidad, se fundamentan también en la economía feminista, la desmercantilización de nuestra vida y nuestros cuerpos, en la separación de la sexualidad de la maternidad y en la superación de la división sexual del trabajo. Para esto proponemos cambios reales que resignifiquen y amplíen el concepto de trabajo, reconociendo el trabajo de las mujeres y la responsabilidad de los hombres y el Estado en las tareas del cuidado.

Frente a un modelo de consumo que nos obliga a comprar cada vez más para vivir mejor, proponemos el Buen Vivir, a partir de la revalorización del conocimiento tradicional y el reconocimiento de los derechos de la Madre Tierra.

La defensa de los bienes comunes es una respuesta a la mercantilización de la naturaleza y la explotación de nuestros recursos. La producción campesina y agroecológica para el consumo local, regional y nacional garantiza la soberanía alimentaria, la protección de las semillas, el cuidado de la tierra, el saber local y tradicional, éstas son alternativas reales a la crisis alimentaria, climática y económica.

Exigimos con vehemencia la reforma agraria frente a la concentración de la tierra y de la riqueza.

El ejercicio de la verdadera democracia exige un cambio del sistema político y de las relaciones de poder, la construcción de una democracia horizontal y de Estados plurinacionales. Los Estados y las instituciones de gobernanza global, como la ONU, deben tener como prioridad la justicia social y ambiental, responder a los intereses de los pueblos y ser garantes del cumplimiento de sus derechos.

Proponemos que las instituciones multilaterales como el BM, FMI, BID, OMC, sean sometidas a un régimen internacional de control social, una auditoria de la Deuda Pública Externa e Interna, sean responsabilizadas por la Deuda social, ecológica, económica y financiera, y haya una reparación de los crímenes y violaciones de los derechos de los pueblos.

Las alternativas deben ser construidas con y desde las bases, a partir de las propuestas e iniciativas comunitarias y el trabajo autogestionario, superando la división entre los medios de producción y el trabajo. La economía solidaria debe ser reconocida por los Estados y la sociedad como una propuesta concreta, que constituye una forma de avanzar hacia otra lógica basada en el cuidado de la vida en todas sus formas y busca la igualdad y la sustentabilidad ecológica y cultural.

Nos proponemos dismantelar el poder de las empresas transnacionales, poner fin a la impunidad con la cual cometen crímenes económicos y ecológicos, exigir que sean responsabilizadas por ellos y se haga justicia para los pueblos, a través de la creación de un sistema internacional vinculante. Para ello, es prioritario terminar la captura corporativa de la ONU y de los Estados, a través de acciones concretas.

Superar el modelo implica una transición justa, libertad de organización y derecho a la contratación colectiva. Solo de esta forma se puede garantizar la igualdad de oportunidad y tratamiento de mujeres y jóvenes. De la misma forma, demandar a los gobiernos la promoción de políticas públicas que apoyen la transformación de la actividad económica y desarrollen nuevas fuentes de trabajo decente. Esto significa asegurar a los trabajadores y trabajadoras dignidad, libertad de organización e igualdad de oportunidad y tratamiento.

Exigimos que los gobiernos de todo el mundo reconozcan el derecho humano a la protección social, de acuerdo con el Convenio 102 de la OIT sobre Seguridad Social y la Recomendación 202 de la OIT sobre los pisos nacionales de protección social y provean, faciliten y extiendan la cobertura de protección social. Para buscar una fuente

segura, estable y suficiente de financiación, proponemos la adopción de un Impuesto a las Transacciones Financieras a nivel global y regional.

Demandamos la prohibición y la acción efectiva por parte de los gobiernos para poner fin al trabajo esclavo, políticas públicas incluyentes y el reconocimiento de los derechos de las y los migrantes forzados.

Frente a nuestras alternativas, el poder reacciona con la fuerza y la represión a través de la ocupación militar de nuestros territorios, la criminalización de la protesta e intimidación de organizaciones y movimientos sociales, de sus líderes y lideresas, para silenciar las voces de los pueblos que intentan fortalecer las luchas y construir solidaridad.

La transición hacia ese otro mundo necesario exige la construcción y consolidación desde los movimientos en un proceso de unidad en la acción, articulación y agendas comunes.

7. Direitos, por Justiça Social e Ambiental (I)

Autor: Documento da Plenária nº 1 / Eixo 1: Causas Estruturais e Falsas Soluções

Data: 20/06/2012

Fonte: <http://cupuladospovos.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Plen%C3%A1ria-1-causas-e-falsas-solu%C3%A7%C3%B5es.pdf>

Reunidos nos dias 17 e 18 de Junho, iniciamos nossa plenária com a evocação poderosa do poder do fogo e da resistência, daqueles que lutam pela construção de um novo mundo. Diante da emergência de soluções para enfrentar a atual crise civilizacional e principalmente de construir este novo mundo que queremos, diversos representantes de movimentos sociais, populações indígenas e quilombolas, movimento negro, associação e articulação de mulheres, de jovens e crianças, movimentos ecumênicos, urbanos, rurais, atingidos por grandes obras, megaprojetos, e pelo modelo de desenvolvimento, provenientes de diversas partes do mundo, como a América Latina e Caribe, América do Norte, África e Europa, acordamos que o sistema de produção capitalista, imperialista, a concentração de poder e renda e as desigualdades estruturantes de raça e gênero, dentre outros aspectos problemáticos, são a principal causa da injustiça social e ambiental, bem como da crise na qual nos encontramos atualmente. Acordamos também que é impossível efetivarem-se todos os direitos humanos e da natureza na permanência do atual sistema econômico.

1. O sistema de produção capitalista, o patriarcado e o racismo, associados num só sistema de dominação e opressão, que por meio de sua força política e econômica mantém o modelo de desenvolvimento econômico atual e as políticas neoliberais e promovem o etnocídio de populações originárias e populações vulneráveis, exclusão das práticas e saberes tradicionais do uso da terra, recursos naturais e violam direitos;

2. Concentração de poder e riqueza, enquanto causa da pobreza e exploração das mulheres, jovens e crianças, populações indígenas, negras, quilombolas, migrantes, ciganas, residentes nas periferias urbanas e outros grupos vulneráveis e minoritários no mundo;

3. Desigualdade social de gênero, raça/etnia, classe social, religião, orientação sexual, localização e geração;

4. Visão antropocêntrica equivocada, incapaz de ver o ser humano como parte da biodiversidade e da Mãe Terra;

5. Modelo econômico a serviço prioritariamente de grandes corporações e instituições, detentoras do poder econômico e político, descomprometido com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no mundo, a efetivação de Direitos Humanos, e de suas reais e prementes necessidades, senão apenas a acumulação financeira;

6. A mercantilização da vida, do corpo da mulher e financeirização da natureza, biodiversidade e dos bens comuns, como a água, ar, terra, mar, florestas etc.;

7. A exploração histórica dos países desenvolvidos sobre outros e a expansão deste modelo explorador realizado por grandes corporações, empresas transnacionais e países que avançam no processo de desenvolvimento econômico, a exemplo do Brasil, Rússia, Índia, África do Sul e China;

8. Propriedade privada da terra e a privatização do espaço público e dos bens comuns;

9. O modelo neoliberal e a cultura do consumo e hedonista;

10. Os investimentos de empresas transnacionais, bancos nacionais e o Banco Mundial em uma estratégia de desenvolvimento com uma base no modelo capitalista;

11. Criminalização das drogas, como criminalização da pobreza e da juventude;

12. Modelo de educação formal voltado para o mercado e privatização da educação, que não valoriza o desenvolvimento dos jovens e crianças, os saberes populares e não-formais, a formação cultural e cívica e a inserção destes jovens e crianças na sociedade;

13. Opção por modelo de produção de energia não sustentável, depredador do meio ambiente e com uso exaustivo de recursos naturais, como a construção de barragens, usinas hidrelétricas, formas provenientes da Geoengenharia e energias não renováveis, como o petróleo;

14. Utilização do critério de crescimento econômico como forma de medir o progresso e o desenvolvimento dos países;

15. Falta de reconhecimento, investimento e apoio aos coletivos e grupos populares de produção de pequena e média escala;

16. Concentração dos meios de comunicação por empresas de grande mídia;

17. Utilização de formas de manutenção do poder econômico e político, que utilizam violência e violam direitos, como a militarização, truculência policial,

implantação de bases militares e intervenção e ocupação em países como Honduras, Iraque, Afeganistão, Palestina;

18. Especulação da indústria alimentícia, e utilização de transgênicos e agrotóxicos;

19. Privatização e apropriação dos territórios urbanos e rurais, como de indígenas e quilombolas, e a promoção de despejos forçados e violações de direitos humanos.

20. Ausência de real democracia, participação popular e existência de repressão, perseguição, criminalização de movimentos sociais.

8. Direitos, por Justiça Social e Ambiental (II)

Autor: Documento da Plenária nº 1 / Eixo 2: Nossas Soluções

Data: 20/06/2012

Fonte: <http://cupuladospovos.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Plen%C3%A1ria-1-nossas-solu%C3%A7%C3%B5es.pdf>

Reunidos nos dias 17 e 18 de Junho, iniciamos nossa plenária com a evocação poderosa do poder do fogo e da resistência, daqueles que lutam pela construção de um novo mundo. Diante da emergência de soluções para enfrentar a atual crise civilizacional e principalmente de construir este novo mundo que queremos, reuniram-se diversos representantes de movimentos sociais, populações indígenas e quilombolas, movimento negro, associação e articulação de mulheres, de jovens e crianças, movimentos ecumênicos, urbanos, rurais, atingidos por grandes obras, megaprojetos, e pelo modelo de desenvolvimento. Vieram de diversas partes do mundo: toda a América Latina e Caribe, América do Norte, África e Europa.

Acordamos que o sistema de produção capitalista, imperialista, a concentração de poder e renda e as desigualdades estruturantes de raça e gênero, dentre outros aspectos problemáticos são a principal causa da injustiça social e ambiental, bem como da crise na qual nos encontramos atualmente e rejeitamos tal sistema, assim como as falsas soluções por ele apresentadas para tal crise, como a Economia verde, e seus mecanismos (Pagamento por serviços ambientais, REDD), transgênicos etc. Acordamos também que é impossível efetivarem-se todos os direitos humanos e da natureza na permanência do atual sistema econômico e por isso concordamos que não há solução para a crise econômica e civilizacional: temos que mudar completamente o sistema.

De toda forma, entendemos que a mudança, apesar de radical, se dará a partir de pontos específicos, e por isso os propomos abaixo, como forma de solução para chegarmos ao modelo que almejamos. Entre os pontos propostos como solução, há aqueles que dizem respeito a mudanças de políticas públicas estatais, cujo cumprimento devemos exigir dos Estados nacionais, por meio do fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação

democrática. Há também outras sugestões que nós mesmos devemos construir. Temos todas as condições necessárias para fazê-lo, e certamente iremos conseguir, juntos!

Soluções para a crise estrutural e as falsas soluções

Soluções Gerais

1. Mudar o sistema de produção capitalista, pois está associado num só sistema de dominação e opressão, que por meio de sua força política e econômica mantém o modelo de desenvolvimento econômico atual e as políticas neoliberais; além disso, promove o etnocídio de populações originárias e populações vulneráveis, a exclusão das práticas e saberes tradicionais do uso da terra, dos recursos naturais e violam direitos;

2. Reconhecer o direito à acessibilidade e à igualdade de oportunidades que favoreçam a coesão social, promovam os direitos humanos de forma universal e indivisível e o respeito a todas as pessoas independentemente de gênero, raça/etnia, classe social, religião, orientação sexual, localização, habilidades, e geração;

3. Fortalecer, criar e cultivar as economias cooperativas, reconhecendo e apoiando os grupos populares de produção, de pequena e média escala;

4. Garantir serviços básicos gratuitos e irrestritos, como saúde, educação, moradia e transporte;

5. Promover investimento de infraestrutura sustentável social e ambientalmente;

6. Garantir a soberania cultural, num contexto de solidariedade e de interconexão;

7. Exigir o fim da militarização imposto pelos países do norte aos países do sul;

8. Construir um novo paradigma de desenvolvimento, que seja sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório;

9. Considerar a escravidão como crime contra a humanidade e criminalizar a homofobia;

10. Criar espaços coletivos populares e descentralizados, não hierarquizados desde o ponto de vista da concentração de poder, das decisões políticas e políticas públicas territoriais.

11. Que os Estados cumpram imediatamente todos os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, especialmente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Garantir o direito das populações indígenas, tribais e tradicionais a consulta prévia e informada quanto aos projetos que impactam diretamente seus territórios, bens materiais e imateriais.

12. Vincular as lutas contra a mudança climática àquelas a favor da Justiça social e Ambiental

13. Garantir a soberania alimentar e o direito humano à alimentação.

Povos Tradicionais e direito à Terra (urbana e rural) e ao Território

14. Realização de políticas públicas concretas de acesso a terras rurais e urbanas, com efetivação da Reforma Agrária e da Reforma Urbana, a implementação da função social da terra urbana e rural, o direito à cidade, respeitando o ambiente sócio-afetivo e cultural das pessoas e sendo as reformas urbana e rural uma solução frente à apropriação do espaço público por instituições privadas;

15. Garantir o direito humano à terra das comunidades tradicionais, como populações indígenas e quilombolas, para que não sejam removidas dos territórios que ancestralmente ocupam assim como o apoio à cultura e a realidade das populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganas, camponesas, dentre outras), garantindo sua autonomia e autodeterminação;

16. Promover o direito à mobilidade para todas e todos os habitantes das cidades, por meio da tecnologia limpa e sustentável e a reforma da política de transporte;

17. Garantir a prevalência do direito à cidade e à moradia frente a remoção forçada promovida por grandes obras e megaeventos (como Olimpíadas e Copa do Mundo);

18. Criar um eixo temático na Comissão da Verdade brasileira dedicado aos crimes contra as nações indígenas durante a ditadura militar.

Sistema Político e Democracia

22. Fazer com que as políticas públicas sejam políticas de Estado e não políticas de governos e promover a participação completa da comunidade no processo de definição de políticas públicas, em nível local e nacional e em áreas rurais e urbanas.

23. Estabelecer a paridade entre homens e mulheres nos partidos políticos para inserção da mulher nas políticas nacionais e globais;

24. Democratizar a participação dos movimentos sociais;

25. Estabelecer uma política tributária progressiva nos países, que levem em conta as especificidades de renda e proventos, assim como a tributação das altas heranças e grandes fortunas;

26. Fortalecer formas de governabilidade e governança considerando todos os atores da sociedade civil;

27. Promover a democratização do Poder Judiciário;

28. Dividir a riqueza e os recursos e promover sua gestão democrática (recursos financeiros, culturais, políticos, naturais e sociais);

29. Fortalecer a integração política e cultural de complementaridade e sustentabilidade entre os países sul-americanos, para que não seja uma integração apenas “de mercado”.

Comunicação e mídia

6. Democratizar dos meios de comunicação y promover uma comunicação pautada na perspectiva educadora, que deve resignificar experiências e estar a serviço da inclusão social da diversidade de saber e da justiça ambiental.

Gênero e Direitos das Mulheres

1. Reconhecimento de direitos trabalhistas para a trabalhadora doméstica;

2. Garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;

3. Incluir na denuncia sobre mercantilização também a mercantilização do corpo da mulher;

4. Incluir as questões de gênero na educação básica;

5. Garantir políticas públicas de auxílio à maternidade e de construção de creches;

Direito à Educação

13. Garantir o desenvolvimento comunitário a partir dos saberes do povo, evitando a imposição de saberes globais sobre os locais e os currículos dominados pelo estado e o mercado. Estabelecer práticas educativas não discriminatórias, com respeito às diferenças etnoculturais e para perpetuação dos saberes tradicionais.

14. Estabelecer um currículo escolar básico acessível a todos e todas, que tenha como objetivo principal o crescimento e desenvolvimento intelectual de crianças e jovens e garanta sua inserção e participação na sociedade, considerando também as peculiaridades regionais e culturais, estendida a todas as pessoas das áreas urbanas e rurais;

15. Fazer com que toda a merenda escolar seja proveniente da produção local agroecológica;

16. Democratizar o conhecimento e promover o fim do analfabetismo;

17. Garantir o empoderamento da juventude.

Direito ao Trabalho

19. Garantir dos direitos trabalhistas para todos os seres humanos com ênfase especial nas mulheres, tendo em conta a igualdade salarial e dos trabalhadores e trabalhadoras do campo;
20. Realizar políticas que favoreçam os catadores de lixo;

Direito ao Meio Ambiente e Direitos da Mãe Terra

21. Priorizar energias renováveis e limpas que não coloquem em risco a vida do planeta, as comunidades e a biodiversidade;
22. Pressionar para que se adotem medidas de demarcação e homologação de terras indígenas;
23. Reforçar a Carta da Terra e transformá-la em modelo de preservação e conversação da vida no planeta;
24. Responsabilizar civil, criminal e juridicamente as instituições que provocam os desastres ambientais;
25. Trabalhar para confirmar a água e a terra como direitos humanos;
26. Valorizar os espaços de vida daqueles que melhor preservam a natureza, como as populações amazônicas.

9. Síntesis Informativa de los Movimientos (especial Rio+20)

Autor: Minga Informativa / Convergencia de Comunicación de los Movimientos

Data: 21/06/2012

Fonte: <http://www.kaosenlared.net/america-latina/item/22428-s%C3%ADntesis-informativa-de-los-movimientos-especial-rio%2020-21-junio-2012.html>

La Minga Informativa, conjuntamente con la Convergencia de Comunicación de los Movimientos, está cubriendo la Cumbre de los Pueblos Rio+20 que inició el 15 de junio y que se extenderá hasta el 23 de junio. Entre los últimos ingresos en el sitio <http://www.movimientos.org/madretierra/> se encuentran los siguientes:

Especial N°3 desde la Cumbre de los Pueblos - Boletín ALBA de los Movimientos Sociales

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21013)

Mobilización global desbordó Río

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21016)

Mobilización de Vía Campesina Brasil llevó las voces de los movimientos hacia la cuna del agronegocio brasileño

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21018)

Movimientos sociales realizan acto contra la Vale y las grandes corporaciones

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21004)

Caso Curuguaty presente en la Cumbre de los Pueblos

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20998)

Río+20: Pueblos indígenas presente en la Marcha Global

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21005)

CAOI en Río+20: Armonía con la naturaleza y respeto a los derechos

humanos (http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21012)

JS/A presente en el Día de movilización global

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21007)

El movimiento campesino hondureño en el marco de la cumbre de los pueblos Rio + 20

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21004)

MNCI en la Cumbre de los Pueblos

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21014)

Documento oficial reduce derechos humanos en favor del concepto de economía verde

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20997)

Via Campesina e movimentos sociais apoiam resistência da Vila Autódromo

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21017)

Declaración del movimiento de Economía Social y Solidaria a Rio +20

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20999)

Un regalo para las empresas contaminantes

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21001)

Las falsas soluciones de Rio+20

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21011)

Les fausses solutions de Rio+20

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21008)

Paraguay, More than 50% of the rural population lives in a situation of misery (http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21010)

Rio+20 : Opening Statement of the Farmers Major Group

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21009)

Río+20: Ollanta Humala se ratifica en el modelo extractivista

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21006)

Cumbre de los Pueblos - Plenaria 1: Direitos, por Justiça Social e

Ambiental (http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21021)

Cumbre de los Pueblos - Plenaria 2: Em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização (EIXO 1: Causas estruturais e falsas soluções)

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21022)

Cumbre de los Pueblos - Plenaria 3: Soberanía Alimentaria

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21002)

Cumbre de los Pueblos - Plenaria 3: Soberania Alimentar

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21023)

Cumbre de los Pueblos - Plenaria 4: Energia e industrias extrativas

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21024)

Cumbre de los Pueblos - Plenaria 5: Trabajo: Por una y otra economía y nuevos paradigmas de sociedad

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=21025)

Río+20: La poderosa influencia de las corporaciones mineras

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20987)

Rumo ao documento final

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20978)

The future we want (official document)

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20988)

Declaración de la Cumbre de los Pueblos Contra el G20

(http://www.movimientos.org/show_text.php3?key=20976)

Indigenous Peoples International Declaration on Self-Determination and Sustainable Development (http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20973)

Ato de solidariedade entre os povos latinoamericanos é realizado na Cúpula

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20977)

Posicionamiento del Territorio Global de Mujeres

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20979)

20 de junio: Día de movilización global contra la mercantilización de la Vida

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20982)

Declaración del Grupo Mayor de los Pueblos Indígenas ante la Conferencia de Naciones Unidas sobre Desarrollo Sostenible

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20991)

Videos Via Campesina en la Cumbre de los Pueblos

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20983)

Las mujeres presentes en Cumbre de los Pueblos (video)

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20985)

Combatendo o capitalismo com a soberania alimentar

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20984)

Declaración de la Conferencia Internacional de Pueblos Indígenas sobre Desarrollo Sostenible y Libre Determinación

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20971)

L'ONU et La Via Campesina débattent de l'économie verte

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20974)

Boletín de la Convergencia de comunicación No. 6

(http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20972)

Más información: <http://www.movimientos.org>

Derechos de la Madre Tierra: <http://movimientos.org/madretierra>

Enlace Indígena: <http://movimientos.org/enlacei/>

Comunicación y Ciudadanía: http://movimientos.org/foro_comunicacion/

Movimientos Sociales hacia el ALBA: <http://www.albamovimientos.org>

Sitio oficial de la Cumbre de los Pueblos <http://cupuladospovos.org.br>

10. A conferência Rio+20 e suas polêmicas

Autor: Fátima Mello

Data: 26/04/2011

Fonte: <http://www.outraspalavras.net/2011/04/26/a-conferencia-rio20-e-suas-polemicas/>

Em junho de 2012, o Rio de Janeiro sediará a conferência Rio+20, em um momento de encruzilhada para a humanidade. Vinte anos depois, a conferência pretende fazer um balanço dos compromissos estabelecidos na Rio 92, definir parâmetros para a chamada economia verde e debater a arquitetura institucional necessária para o desenvolvimento sustentável. Já é ampla a mobilização global, nacional e local para a Rio+20. Porém corremos o risco de, mais uma vez, assistirmos a uma maciça mobilização social nas ruas e a uma conferência oficial com grandes repercussões na mídia – mas sem consequências práticas nem acordos substantivos e vinculantes que possam encaminhar soluções à altura da crise vivida pela humanidade e pelo planeta.

Existe o risco de um resultado vazio ou que legitime propostas de “mais do mesmo”: mais falta de vontade política, mais desregulação, mais soluções paliativas para adiar os problemas de fundo. Tem sido assim desde a Rio 92, passando por todo o ciclo de conferências da ONU nos anos 90, e de forma tão clara nas sucessivas COPs, apesar das mobilizações intensas dos movimentos sociais visando sensibilizar a opinião pública e pressionar os governos.

Não é de hoje que os atores hegemônicos são vitoriosos na manutenção dos padrões vigentes de exploração da natureza e do trabalho. Desde 1972, quando o então Clube de Roma apontou os “limites do crescimento”, governos e corporações passaram a acomodar sua busca de lucros e expansão crescentes àquele novo contexto. Em 1987 o Relatório Brundtland lançou seu documento “Nosso Futuro Comum”, onde aprofundou a discussão sobre o limite à utilização dos recursos naturais. Tanto o Clube de Roma como o Relatório Brundtland contribuíram para colocar na agenda global o tema dos limites do crescimento e da necessidade de uma administração mais eficaz do modelo, que levasse em conta a finitude e o esgotamento dos recursos naturais. Porém, sem a necessária ênfase nas disparidades no acesso e apropriação de tais recursos, nem nos conflitos e disputas daí decorrentes.

A Rio 92 buscou consolidar aquele novo contexto sob a forma de uma ampla legitimação da ideia do desenvolvimento sustentável. O consenso dominante era buscar uma acomodação do ideário desenvolvimentista, aliado a medidas de gerenciamento ambiental. Sendo um conceito em disputa, em nome do desenvolvimento sustentável governos adotaram compromissos insuficientes; corporações passaram a adotar o “marketing verde”; organizações e movimentos sociais tiveram níveis distintos de apropriação, deparando-se com visões que incluem desde o desenvolvimentismo liderado pelo Estado até as tentativas de encaminhar soluções privatistas de administração da crise do modelo em curso.

Um dos sintomas desta disputa de sentido e, ao mesmo tempo, de esvaziamento da proposta de um desenvolvimento sustentável são as negociações sobre mudanças climáticas. O mundo assiste à falta de vontade política dos governos de fazerem a transição de seus modelos de produção de altas para baixas emissões de gases do efeito estufa e, ao mesmo tempo, o avanço das propostas de mercado de carbono e outras falsas soluções.

Em meio a esta trajetória de frágeis compromissos, o planeta e a humanidade dão claros sinais da urgência de soluções reais. A Rio+20 pode e deve ser um marco no sentido da construção de uma nova vontade política, do reconhecimento da obsolescência dos arranjos políticos e institucionais vigentes – que visam dar sobrevida a um sistema em crise de legitimidade e que está pondo em sério risco a vida no planeta. No entanto é preocupante que dois temas centrais da agenda oficial da Rio+20 (economia verde e arquitetura institucional) corram o risco de serem pautados pelos interesses das corporações e não pelos direitos dos povos.

No caso da economia verde circulam propostas sobre um *Green New Deal*. Fala-se em aumentar a riqueza com redução dos riscos ambientais. Em impulsionar novas formas de crescimento com eco-eficiência e novas tecnologias, orientando os fluxos de capital a setores de baixo carbono. Em como – ao invés de se reduzirem os fluxos financeiros e do comércio global – se poderia levar tais fluxos aos setores verdes, abrindo novos nichos de crescimento e de mercados. Em como fazer melhores condicionalidades ambientais e gerar empregos nos setores verdes, apostando-se em novas formas de crescimento.

Sendo o trabalho uma dimensão central da sociedade, é crucial que se faça uma transição justa rumo a uma participação crescente dos empregos verdes no mundo do trabalho. É preciso, porém, que o significado de emprego verde seja prioritariamente

relacionado ao trabalho decente, a direitos assegurados, a salários e condições dignas. Apostar na alocação de empregos em setores de baixa emissão de carbono, porém com condições degradantes de trabalho, seria mais uma falsa solução. Além disso, até agora o debate sobre economia verde tem ressaltado a perspectiva de erradicação da pobreza, sem colocar ênfase no necessário enfrentamento das desigualdades, no combate à concentração de riqueza, na urgência da redistribuição da renda e do acesso a recursos. O mundo precisa menos de produção de riquezas e mais de sua distribuição.

Têm sido desconsideradas do debate dominante uma série de experiências inovadoras, que emergem de novos sistemas de produção. Elas questionam a lógica da acumulação e o crescimento infinito dos fluxos globais de investimentos e comércio. Propõem o encurtamento de circuitos entre produção e consumo. Fortalecem os direitos dos grupos sociais e econômicos não-hegemônicos.

É preciso perguntar por que continuam a ser menosprezados sistemas de produção como a agroecologia, a economia solidária, os sistemas agroflorestais das populações tradicionais em seus territórios, as tecnologias sociais que visam a socialização e apropriação coletiva do conhecimento, contribuindo para a ideia de bens comuns. Tais inovações já comprovaram que são capazes de produzir sem emitir carbono; que fortalecem direitos, reduzem desigualdades e alimentam a população sem envenená-la; que são verdadeiramente sustentáveis política, econômica, social, ambiental e culturalmente.

Não é difícil encontrar as respostas. Tenta-se minimizar a riqueza de tais alternativas não por motivos técnicos, mas políticos: estes sistemas e seus atores não são hegemônicos. Sua produção e disseminação ocorrem combinadas com a resistência ao modelo dominante, e o confronto entre estes modelos antagônicos resulta em conflitos inconciliáveis em inúmeros territórios ao redor do mundo. É preciso, portanto, acumular forças na base da sociedade, na política, na opinião pública, nas instituições acadêmicas e científicas para que possamos ver estes novos sistemas de produção e consumo ganharem corações e mentes.

Os movimentos globais foram capazes de fazer isso com Seattle, a campanha contra a ALCA e o Fórum Social Mundial, ao disputarem na opinião pública contra o neoliberalismo. Agindo assim, contribuíram decisivamente para a deslegitimação e quebra do pensamento único e para a inauguração de um novo ciclo político na América Latina. O que está em jogo na Rio+20 é: teremos força política para alavancar uma iniciativa que questione mais profundamente as próprias bases fundantes do modelo

vigente? Seremos capazes de elevar o patamar das experiências destes novos sistemas de produção à altura de uma disputa contra-hegemônica?

Outro tema central da Rio+20 – arquitetura institucional – deveria partir do diagnóstico sobre a crise de legitimidade vivida pela sistema internacional e de suas instituições. De um lado, uma ONU sem poder de implementação de suas resoluções. De outro, com poder de sanção, instituições criadas no pós-Segunda Guerra, como FMI, OMC e Banco Mundial, refletindo o concerto de poder então vigente. Estas últimas tentam produzir diretrizes para um sistema internacional em clara crise de hegemonia e em transição para múltiplos centros de poder após ter passado por um longo período bipolar e por um brevíssimo momento unipolar expresso pelo “fim da História”. Sem condições políticas de gerir o sistema global através destas instituições com agendas obsoletas e processos decisórios complexos, os governos que concentram poder econômico organizam-se em coalizões informais e autoconvocadas como o G20. Através delas, emitem resoluções que afetarão os povos do mundo todo.

É crucial portanto a luta por uma real democratização do sistema internacional, e isso requer muito mais do que a mera inclusão dos chamados países emergentes no fechado processo decisório. É preciso reconhecer a necessidade de uma nova institucionalidade, que expresse democraticamente os novos interesses, agendas, atores – inclusive os não-estatais -, conflitos, contradições e correlação de forças do mundo de hoje. É claro que não se trata apenas da governança ambiental, e sim do conjunto dos arranjos institucionais nas áreas financeira, econômica, social e ambiental que devem ser repensadas em conjunto, visando desprivatizar os processos decisórios, afastá-los dos interesses das corporações e aproximá-lo dos interesses e direitos dos povos.

Enquanto do lado dos governos ainda é incerto o peso a ser dado a Rio+20, do lado das organizações e movimentos sociais pretendemos realizar uma iniciativa que seja capaz de convocar amplamente a sociedade a debater e se engajar nas lutas por direitos e justiça socioambiental, pressionando os governos a assumirem amplos compromissos – ao invés de delegarem aos mercados e à esfera privada a dianteira da administração de um mundo em crise.

A equação vivida há mais de um século combina superexploração da natureza e do trabalho em nome do infinito crescimento econômico e desenvolvimento das forças produtivas. Ela já nos conduziu às catástrofes ambientais, climáticas e sociais de hoje. Chegamos a uma clara situação onde as soluções adotadas pelos governos e corporações que visam manter o *status quo* fracassaram.

É hora de olharmos para o núcleo do problema: os padrões vigentes de exploração, acumulação, produção e consumo são incompatíveis com a sobrevivência da vida no planeta. E para enfrentar este núcleo, as ideias predominantes – seja pelo viés desenvolvimentista seja pelas soluções na via privatista do *green business* – deixam do lado de fora atores, visões e projetos que hoje resistem, disputam e apresentam alternativas reais ao modelo dominante. Os desafios com que nos deparamos só serão enfrentados se colocarmos os direitos e a justiça no centro da agenda. E para tal, é preciso apostar na constituição de uma esfera pública, tanto na política como na economia, destinada a garantir os direitos dos povos.

11. Rio+20: o roteiro de Ladislau Dowbor

Autor: Ladislau Dowbor

Data: 17/05/2012

Fonte: <http://www.outraspalavras.net/2012/05/17/rio20-e-cupula-dos-povos-o-roteiro-de-ladislau-dowbor/>

Pontos de referência

Primeiro, se você se sente confuso relativamente à Rio+20, bem vindo ao clube. O desafio, no entanto, é simples. Por um lado, agravam-se os dramas do aquecimento global, da liquidação das florestas originais, da destruição da vida nos mares, da perda de solo agrícola, da redução da biodiversidade, do esgotamento de recursos naturais críticos. Por outro lado, temos um bilhão de pessoas que passam fome, destas 180 milhões são crianças, e destas entre 10 e 11 milhões morrem de inanição ou de não acesso a uma coisa tão prosaica como água limpa, ou seja, 30 mil por dia, dez torres gêmeas em termos de mortes por dia. Morrem no silêncio da pobreza, não rendem o mesmo espetáculo para a mídia. Não estamos matando, deixamos morrer. Um terço da humanidade ainda cozinha com lenha. Já morreram 25 milhões de Aids, enquanto discutimos o valor das patentes. Isto num planeta que graças a tantas tecnologias é simplesmente farto. Produzimos no mundo 2 bilhões de toneladas só de grãos, o que equivale a 800 gramas por pessoa e por dia, sem falar de outros alimentos. Se dividirmos os 63 trilhões de dólares do PIB mundial pelos 7 bilhões de habitantes, são 5400 reais por mês por família de quatro pessoas. Com o que produzimos poderíamos todos viver com paz e dignidade. E temos 737 grupos corporativos mundiais, 75% deles de intermediação financeira, que controlam 80% do sistema corporativo mundial, o que explica o número de bilionários. No conjunto, buscam maximizar os lucros, ainda que o planeta entre em crise financeira e produtiva generalizada. A simplicidade do desafio, é que estamos acabando com o planeta para o benefício de uma minoria. *Houston, we have a problem.*

Em outros termos, há uma convergência de processos críticos, o ambiental, o social e o econômico. E o denominador comum dos três processos, é o problema da governança, de gestão da sociedade no sentido amplo. Sabemos administrar unidades, uma empresa, uma repartição pública, uma organização da sociedade civil. Estamos

apenas aprendendo a articular o conjunto para o bem comum, e isto, gostemos ou não, é política. Enfrentamos problemas globais quando as estruturas políticas realmente existentes estão fragmentadas em 194 estados-nação. Ao tripé que aparentemente recolhe a nossa unanimidade – uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável – precisamos portanto hoje acrescentar o pilar da governança, os desagradáveis assuntos políticos, saber quem tomará as decisões, de onde virá o financiamento, como será realizado o seguimento e o controle. A Rio-92 desenhou os desafios do tripé de maneira competente, com a Agenda 21 e as grandes convenções do clima e da biodiversidade. Sabemos sim para onde ir. A Rio+20 terá o desafios mais espinhoso de enfrentar o dilema da governança, da criação de estruturas político-institucionais que façam acontecer. Não é uma opção, é uma necessidade. Com o agravamento dos processos planetários, estamos, como diz Ignacy Sachs, condenados a inovar.

Não tenho na presente nota nenhuma pretensão de apresentar respostas para dilemas deste porte. Mas pareceu-me útil fazer uma pequena resenha de documentos que me têm passado pelas mãos, uma forma prática de facilitar a vida de quem está buscando boas leituras.

Sistematização dos desafios

No geral mesmo, a leitura básica me parece ser o curiosamente chamado *Plano B 4.0* de Lester Brown, disponível online e gratuitamente, em português. Trata-se essencialmente de um roteiro que apresenta de maneira simples cada um dos principais desafios, as medidas necessárias, os seus custos e factibilidade. O subtítulo do livro diz a que vem: *Mobilização para salvar a civilização*. Como Lester Brown atualiza constantemente os seus textos, estamos na crista da onda. Para quem maneja o inglês, aliás, vale a pena ler o seu pequeno estudo chamado *World on the Edge: how to prevent environmental and economic collapse*, leitura curta e genial que caracteriza a nossa crise civilizatória.

Na linha ainda das visões gerais, uma belíssima consulta online é o *Keeping Track of our Changing Enviroment: from Rio to Rio+20 (1992-2012)*, também chamado Geo-5, publicado pelo PNUMA, que apresenta em gráficos muito didáticos, com curtos comentários, tudo que há de novo desde 1992: população, urbanização, alimentos, gênero, PIB, extração de recursos naturais, emissões, mudança climática, florestas, água, governança, agricultura, pesca, energia, indústria, tecnologia. Um instrumento de

trabalho realmente de primeira linha em termos de dados básicos de como tem evoluído a situação do planeta nos últimos 20 anos.

No plano da análise em profundidade dos mecanismos, uma excelente leitura me parece ser o relatório encomendado pelas Nações Unidas, *Building a Sustainable and Desirable Economy-in-society-in-nature*, estudo que reuniu vários dos melhores especialistas do mundo, como Gar Alperovitz, Herman Daly, Juliet Schor, Tim Jackson e outros. O estudo encara efetivamente os principais mecanismos econômicos que temos de transformar: “Vamos precisar de uma ciência econômica que respeite os limites do planeta, que reconheça a dependência do bem estar do ser humano das relações e correção sociais, e que reconheça que o objetivo final é um bem estar humano real e sustentável, não apenas o crescimento do consumo material. Esta nova ciência econômica reconhece que a economia está situada numa sociedade e cultura que estão elas mesmas situadas no sistema ecológico de suporte da vida, e que a economia não pode crescer para sempre neste planeta limitado.”

Documentos oficiais básicos

Há naturalmente também os documentos oficiais. Podem deixar-nos irritados pelas insuficiências ou timidez, mas de toda forma são leituras necessárias. No plano geral, está o documento base a ser discutido na Rio+20, o chamado *The Future we Want*. Está centrado, como se sabe, “na busca da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.” Afirma também “a nossa decisão de fortalecer o marco institucional do desenvolvimento sustentável”, e apresenta 15 grandes desafios (segurança alimentar, água, energia, cidades etc.) Trata-se de um documento de 20 páginas, nada que ultrapasse o tempo que ficamos parados na Marginal Tieté. É um importante instrumento de construção de consensos.

Como há fortes debates sobre o que significa “economia verde”, é útil lembrar a definição do PNUMA: trata-se de um desenvolvimento que resulta em “*improved human well-being and social equity, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcities*”, portanto bem-estar humano, equidade social, redução dos riscos ambientais e da escassez ecológica. Como a definição é abrangente, aqui também me parece que o problema não está no ‘verde’, e sim no ‘como’ se atinge os objetivos, na linha da cosmética corporativa ou das mudanças substantivas. As questões relevantes não são semânticas.

O documento brasileiro, “minuta para consultas”, apresenta os desafios do desenvolvimento sustentável, em 24 pontos, que envolvem tanto a erradicação da pobreza extrema e segurança alimentar, como equidade, papel do Estado, produção e consumo sustentáveis, até os temas tradicionais ambientais como água, energia, cidades e semelhantes. O conceito de economia verde é incluído como “economia verde inclusiva”. Segundo os autores, “com este importante ajuste conceitual, seria dado foco num ciclo de desenvolvimento sustentável com a incorporação de bilhões de pessoas à economia com consumo de bens e serviços em padrões sustentáveis e viáveis.” (p.26) O capítulo III apresenta propostas importantes no plano institucional, e o IV resume as “propostas do Brasil para a Rio+20”. No total são 37 páginas, ainda um elenco tentativo de propostas, mas que dá uma boa ideia do que está na mesa de discussões.

Os dois documentos acima se apoiaram bastante no texto elaborado pelo painel convocado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, o GSP (*Global Sustainability Panel*), chamado na versão em espanhol *Gente resiliente em um planeta resiliente: un futuro que vale la pena elegir*. Em 14 páginas, este documento dá conta do recado no sentido de valorizar os pontos-chave dos nossos desafios. Envolve a criação de um conselho global de desenvolvimento sustentável como marco institucional internacional, e dá particular importância à dimensão político-institucional: “O certo é que o desenvolvimento sustentável consiste fundamentalmente em que as pessoas tenham oportunidades para influir no seu futuro, exigir os seus direitos e expressar as suas preocupações. A governança democrática e o pleno respeito dos direitos humanos são requisitos indispensáveis para empoderar as pessoas e conseguir que façam opções sustentáveis. Os povos do mundo já não tolerarão que se continue a devastar o meio ambiente nem que persistam as desigualdades que ofendam o profundamente arraigado princípio universal da justiça social...Ao mesmo tempo, há que alentar as comunidades locais para que participem ativamente e de forma coerente na conceituação, planejamento e aplicação de políticas de sustentabilidade. Para isto é fundamental incluir os jovens na sociedade, na política e na economia”. O resumo executivo em espanhol está em [aqui](#).

Os manifestos

Em outro plano de documentos, há o que poderíamos chamar de manifestos éticos. Particularmente interessante é o manifesto de março 2012, assinado por 2800 cientistas reunidos em Londres, no quadro da conferência *Planet Under Pressure: new knowledge*

towards solutions. O documento de 4 páginas apenas, *State of the Planet Declaration*, é duro e direto: “As pesquisas agora demonstram que o funcionamento contínuo do sistema Terra tal como tem dado suporte ao bem estar da civilização humana nos séculos recentes está em risco. Na ausência de ação urgente, poderemos fazer face a ameaças à água, alimento, biodiversidade e outros recursos críticos. Estas ameaças colocam o risco de crises econômicas, ecológicas e sociais cada vez mais intensas, criando o potencial para uma emergência humanitária em escala global.” Segundo os autores, “o desafio que define a nossa era é a salvaguarda dos processos naturais da Terra para assegurar o bem estar da civilização com erradicação da pobreza, redução de conflitos por recursos, e suporte à saúde humana e do ecossistema. Com o consumo se acelerando por toda parte e o aumento da população mundial, já não é suficiente trabalhar com um ideal distante de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade global tem de tornar-se o fundamento da sociedade.” Trata-se aqui de um grito de urgência, que aponta para o que é talvez o nosso maior drama: o hiato entre a compreensão científica dos desafios que vivemos, e o pouco que é apreendido pelas populações em geral, submetidas a informações banais e a um martelar publicitário sem sentido. “Porque a vida é agora”, repete a propaganda de um grupo financeiro, como se não houvesse amanhã.

Neste campo das tomadas de posição ética, é preciso mencionar também um folheto publicado por Stéphane Hessel, francês de 93 anos, intitulado *Indignez-vous*, indignai-vos (publicado em inglês como *A Time for Outrage*). Um herói da resistência ao nazismo traz com força a denúncia dos absurdos das corporações financeiras, dos sistemas fiscais que privilegiam os ricos, e trazendo apoio a todas as manifestações atuais de indignação, seja nos países árabes ou na Europa e nos Estados Unidos. Texto simples e eloquente, uma denúncia dos absurdos, e um apelo ao bom senso e à revolta. O folheto vendeu em poucos meses mais de 4 milhões de exemplares, e apesar da visão parcialmente centrada na França, tem um apelo universal. A notar também um livrinho de 60 páginas de Stéphane Hessel e de Edgar Morin, *Le chemin de l’espérance*, (o caminho da esperança), clamando por uma “consciência do momento dramático que vivemos para a espécie humana, dos seus ricos e perigos, mas também das suas chances”. As propostas são “por uma política de civilização”. Os dois textos mencionados são de 2011, e poderíamos ainda acrescentar o recente livro *La Voie* (o caminho) de Edgar Morin.

Como apelo universal à ética da sustentabilidade, podemos também incluir o “Chamado aos governos”, uma convocação para se elaborar uma Carta de Responsabilidades Universais na Rio+20, como complemento à Declaração Universal dos Direitos Humanos. É apresentado no Fórum Internacional da Ética e Responsabilidade, vejam em particular a proposta em português em. O chamado, de 5 páginas, é assinado por inúmeras instituições e personalidades. O contato para apoio é edith.sizoo@lc-ingeniris.com.

E incluiria também neste grupo o excelente ensaio de Leonardo Boff, *Sustentabilidade: o que é – o que não é*, publicado em fins de 2011 pela editora Vozes. É uma visão fortemente centrada em valores humanos, a busca do que Paulo Freire chamava de uma “sociedade menos malvada”. “O pior que podemos fazer é não fazer nada e deixar que as coisas prolonguem seu curso perigoso. As transformações necessárias devem apontar para outro paradigma de relação para com a Terra e a natureza e para a invenção de modos de produção e consumo mais benignos. Isso implica inaugurar um novo patamar de civilização, mais amante da vida, mais ecoamigável e mais respeitoso, dos ritmos, das capacidades e dos limites da natureza. Não dispomos de muito tempo para agir. Nem muita sabedoria e vontade de articulação entre todos para enfrentar o risco comum”.

A questão chave do poder financeiro

Aparentemente sem conexão com a Rio+20, mas que a meu ver tem muito a ver, é a pesquisa do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica – ETH na sigla em alemão – sobre o poder global de controle das corporações. No essencial, como mencionamos acima, a pesquisa do ETH mostrou que 737 corporações, controlam 80% do sistema corporativo mundial, e nestas um núcleo duro de 147 controla 40% do total, 75% delas corporações financeiras. Na sua quase totalidade são americanas e europeias. Temos por tanto uma visão radicalmente nova do poder corporativo mundial. Note-se que o PIB mundial é da ordem de 63 trilhões de dólares, enquanto os derivativos emitidos (*outstanding derivatives*), papéis que dão direito a outros papéis, juros sobre juros – na prática especulação financeira – atingem 600 trilhões de dólares segundo o BIS de Basileia. São papéis com pouco lastro, a procura de liquidez, o que gerou as imensas transferências de governos para bancos privados, o que por sua vez gera grande parte dos cortes em políticas sociais e ambientais do mundo rico. Para facilitar a vida de não-economistas, fizemos uma [resenha com as principais conclusões](#), veja em as 10

páginas. A pesquisa do ETH foi publicada em outubro de 2011. É importante entender em que contexto econômico e financeiro mundial se dá a Rio+20. Um planeta sustentável com paraísos fiscais e com sistemas especulativos descontrolados sobre commodities, além dos financiamentos irresponsáveis que inundam o mundo de armas sem controle, francamente...

Neste plano, e entrando em defensiva, um conjunto de corporações financeiras lançou a *The Natural Capital Declaration*, na linha de “finanças inovadoras para a sustentabilidade”. O documento, de 3 páginas, constitui uma importante declaração de princípios “demonstrando nosso compromisso na Rio+20 de trabalharmos para integrar considerações sobre o capital natural nos nossos produtos e serviços financeiros para o século 21”. Comove sem dúvida, e naturalmente esqueceram a dimensão social, e o fato de estarem servindo mais especulação e apropriação de recursos públicos do que fomento produtivo, mas é uma tendência interessante. Está disponível online [aqui](#).

No mesmo plano, e já com iniciativas realmente sérias, Hazel Henderson conduz há tempos um exercício importante de seguimento e avaliação do comportamento ‘verde’ das instituições financeiras, em particular de investidores institucionais como os fundos de pensão. Trata-se de imensos recursos. O sistema de seguimento do *Green Transition Scoreboard 2012* mostra que nos últimos 5 anos estes fundos investiram 3,3 trilhões de dólares em energia renovável, tecnologias sustentáveis e semelhantes, com forte aumento de recursos a cada ano. Uma coisa são as motivações: claramente, estes fundos não estão sentindo pânico pela situação do planeta e dos pobres, e sim pela fragilidade dos papéis podres (*junk*) onde tradicionalmente realizavam aplicações. Financiar atividades ligadas à sustentabilidade aparece como uma alternativa cada vez mais viável em termos estritamente econômicos. Moralismos a parte, a reorientação de fundos especulativos para financiar sustentabilidade é sim absolutamente indispensável para fechar a conta das transformações necessárias. De certa forma, o capitalismo controlado pelo mundo financeiro é extremamente poderoso, mas na medida em que se transformou em cassino instável e improdutivo, de grande visibilidade e rejeição planetária, pode ter nesta dimensão financeira o seu lado mais vulnerável. A realidade é que esses imensos recursos são necessários para uso adequado nas reconversões sociais, ambientais e econômicas que temos pela frente. O Green Transition Scoreboard, que faz o seguimento destas mudanças, é neste sentido muito útil, e o trabalho de Hazel Henderson sempre inspira confiança. O documento está disponível no site [CleanTechnica](#) ou colocando o nome no Google.

Textos propositivos

No plano mais diretamente propositivo para a Rio+20, temos de dar destaque aos trabalhos de Ignacy Sachs, em particular ao artigo *Os desafios da segunda Cúpula da Terra do Rio de Janeiro*, publicado no encarte de janeiro 2012 do Le Monde Diplomatique Brasil, Sachs, veterano de Estocolmo 1972 e da Rio92, tem os pés bem firmes no chão. Considerando a fragilidade do sistema multilateral de decisões, dá uma importância central a que se aproveite a Rio+20 para traçar um roteiro concreto de planos nacionais de desenvolvimento sustentável, de fontes de financiamento (em particular a taxa Tobin), de sistemas de cooperação técnica por biomas (os semiáridos planetários, por exemplo, que enfrentam desafios muito semelhantes). Ou seja, a Conferência seria um ponto de partida para a construção de políticas nacionais, com sistemas diferenciados de cooperação e articulação com uma nova função das Nações Unidas. O texto de Sachs é o primeiro deste encarte, que apresenta 8 artigos de excelente qualidade, e dá uma visão geral dos desafios. O título geral do encarte é *Sustentabilidade e Desenvolvimento: o que esperar da Rio+20*.

Na mesma linha, um texto mais antigo nosso de 2010 continua plenamente atual, *Crises e Oportunidades em Tempos de Mudança*, de 21 páginas, fortemente centrado na convergência das crises, no resgate da dimensão pública do Estado e na capacidade de gestão pública. A parte propositiva, em 12 pontos, envolve o que nos pareceu como um programa mínimo para o resgate da racionalidade e equilíbrio do nosso desenvolvimento. É assinado conjuntamente por Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor. Uma versão bem humorada da parte propositiva pode ser encontrada no artigo “*Os Dez Mandamentos – Edição Revista e Atualizada*”, que traz mandamentos como Não Reduzirás o teu próximo à miséria e semelhantes. Textos publicados também pelo Instituto Paulo Freire e no Le Monde Diplomatique Brasil.

Para o caso específico do Brasil, um excelente pequeno documento é o “*Acordo para o Desenvolvimento Sustentável*”, elaborado no quadro do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e social), como contribuição para a Rio+20. Este pequeno documento sistematiza uma série de propostas de membros do Conselho, de numerosas organizações da sociedade civil, de acadêmicos, de especialistas como Ignacy Sachs, bem como de vários ministérios. É um documento particularmente equilibrado, centrado em grande parte na governança do processo.

Cumpra também mencionar o importante documento Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2010 elaborado pelo IBGE. Este balanço estatístico e analítico apresenta uma visão geral dos desafios, em quatro grandes capítulos, que focam a dimensão econômica, social, ambiental e institucional. Este último ponto é importante, pois sem a parte institucional, que envolve as políticas destinadas a tomar as decisões na direção do desenvolvimento sustentável, pouca coisa pode acontecer. De certa forma, trata-se de trabalhar com os quatro pilares, e não mais apenas com o tripé, o que envolve mudanças no processo decisório concreto. No conjunto são 55 grupos de indicadores, com breve análise. Na Rio+20 será apresentado o IDS-2012, com 62 grupos de indicadores e um avanço significativo na parte ainda relativamente mais fraca que é a institucional. Queria aqui reforçar a importância de se recorrer a este documento, que nos traz os dados primários concretos, quando a discussão frequentemente tende a se referir a dados afetados por visões ideológicas.

Evidentemente não é o lugar aqui de entrar no conjunto das propostas setoriais, referentes ao clima, água, florestas, saúde, educação e assim por diante. Há aqui inúmeras contribuições brasileiras acessíveis online, por exemplo de Ricardo Abramovay, de José Eli da Veiga e tantos outros. Há também a bela contribuição *Os 50 + Importantes Livros em Sustentabilidade*, da Universidade de Cambridge, publicado pela Editora Petrópolis em 2012. Leituras não faltam. Os textos que apresentamos acima ajudam sim na formação de uma visão de conjunto dos desafios e de a que vem a Rio+20 nas suas dimensões essenciais.

Um complemento apenas relativamente ao que me parece ainda as áreas mais fracas: neste mundo urbanizado, independentemente das grandes políticas planetárias e nacionais, há um imenso espaço para que cidades, individualmente ou em rede, façam a lição de casa. Esta é uma dinâmica em curso, envolvendo milhares de cidades pelo mundo afora, criando uma construção sustentável pela base. Não é suficiente, sem dúvida, mas cria gradualmente novas dinâmicas ao demonstrar de forma prática que um outro desenvolvimento é possível e funciona.

Igualmente frágil é a área de contas que façam sentido. O PIB não só é tecnicamente frágil, como induz a uma visão deformada do progresso. Temos de contabilizar o que realmente conta. Lembro-me de ter visto em Johannesburgo na África do Sul, painéis em lugares públicos que em vez de veicularem mensagens publicitárias informavam a população local sobre a evolução de indicadores essenciais como a

mortalidade infantil, conexões de esgotos, acesso à água e assim por diante. Precisamos passar a medir o que realmente importa.

Outro eixo a ser fortemente expandido, o da participação política, está bem resumido na nota de Laura Rival, da Universidade de Oxford, para o UNRISD: “Para que as pessoas possam exercer as suas capacidades políticas, precisam antes reconhecer-se como cidadãos, mais do que como beneficiários ou clientes. Adquirir os meios de participar demanda também processos de educação popular e de mobilização que possa reforçar as habilidades e a confiança de grupos marginalizados e excluídos, dando-lhes meios para se engajarem em arenas participativas.” Não há “bala de prata” para assegurar a cidadania: envolve educação, inclusão produtiva, mídias democratizadas, acesso às tecnologias, segurança pessoal e assim por diante. É o desafio maior.

12. E se não chegarem a um acordo?

Autor: Samuel Gabanyi

Data: 15/06/2012

Fonte: vitaecivilis.org/index.php/midia/noticias/249-e-se-nao-chegarem-a-um-acordo

Plenária de abertura

Ontem na abertura oficial da PrepCom, o sul coreano Kim Sook, Co-chair do evento, ressaltou que ter apenas mais 3 dias para chegar a um acordo e pediu urgência e comprometimento por parte dos negociadores. Já o secretário geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang, disse que a terceira rodada de negociações em Nova York foi muito produtiva e com importantes progressos. Ao mesmo tempo ressaltou que esses três dias da PreP Com é o famoso “ou vai ou racha” e que o mundo todo está com os olhos voltados para a RIO +20.

As Negociações

Embora o discurso de diplomatas e de alguns delegados da ONU seja de que o documento vem avançando e que estamos no rumo certo, o que se vê na prática é o oposto. Nas salas de negociações cada parágrafo é minuciosamente analisado e o debate muito vezes trava em torno de duas palavras. E é justamente isso que vem gerando um debate acalorado. Enquanto alguns criticam e consideram que essas poucas palavras não farão muita diferença no conteúdo final, outros grupos de pensamento acreditam que essa discussão é fundamental já que a maneira como essas palavras serão interpretadas irá determinar como os países transformarão esses parágrafos em ação. De uma maneira ou de outra, muitos especialistas acreditam que, da forma como avançam as discussões nas salas de negociação, é muito improvável que se chegue a um consenso sobre o documento final.

O que acontece se eles não chegarem a um acordo?

Caso os países não cheguem a um acordo final sobre o documento, o Brasil, como anfitrião do evento tem a possibilidade da opção de apresentar um texto alternativo para ser assinado pelos países. Esse é outro fato que gera discussão nos corredores da conferencia, visto que alguns acreditam que isso pode ser a “salvação” enquanto outros

acham perigoso, pois caso esse documento alternativo seja rejeitado a situação ficaria ainda pior. Na coletiva de imprensa de hoje, o diplomata brasileiro Luiz Alberto Figueiredo negou veemente que o governo brasileiro esteja trabalhando em um documento alternativo, porém deixou claro que o Brasil, caso as negociações não avancem, irá apresentar trechos alternativos nos casos dos parágrafos não acordados entre os países.

13. A lambança brasileira

Autor: Samuel Gabanyi, com colaboração de Rubens Born e Silvia Dias

Data: 19/06/2012

Fonte: <http://vitaecivilis.org/index.php/midia/noticias/273-a-lambanca-brasileira>

Apesar das várias divergências que estão travando as negociações do documento oficial da Rio+20, a revisão do governo brasileiro conseguiu uma unanimidade: deixar todos mais infelizes que felizes.

Em que pese o pedido do embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado por um espírito de flexibilidade a todos os envolvidos, o resultado é que o novo texto está sendo duramente criticado pelos corredores, tanto pelos países quanto pela sociedade civil. Sua linguagem fraca com mensagens altamente abstratas evidencia o risco de fracasso da conferência, apesar do esforço realizado com a simplificação ou, em alguns casos, sumária eliminação de parágrafos que tinham muitas controvérsias. Já foi dito que novas inclusões estão descartadas e que um documento acordado precisa estar pronto antes da chegada dos chefes de Estado e de Governo.

O grande entrave segue sendo o de Mecanismos de Implementação e recursos financeiros: o fundo de US\$30 bilhões anuais entre 2013 a 2017 e de US\$100 bilhões a partir de 2018 foi eliminado. Tudo que restou foi o parágrafo que fala da necessidade dos países desenvolvidos cumprirem a meta de destinar 0,7% do PIB para auxiliar o desenvolvimento dos países em desenvolvimento e ter como alvo entre 0,15% e 0,2% para os países mais pobres, algo que apenas reitera compromissos da Rio92.

Os únicos alentos para essa seção foram a referência a financiamentos inovadores e a possível criação de um processo intergovernamental para propor soluções de financiamento ao desenvolvimento sustentável. Apesar de postergar as soluções, esse trecho traz de volta à ONU a prerrogativa de discutir a questão financeira – um papel que vem sendo relegado apenas a FMI e G20 nos últimos anos.

A expressão “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” simplesmente desapareceu de várias partes do texto, embora ainda conste do trecho “Visão Comum”, assim como o direito ao desenvolvimento. Um aparente detalhe trai o espírito deste novo documento: a primazia da expressão “crescimento econômico sustentado”, que

não tem nada a ver com crescimento econômico “sustentável”. O parágrafo que solicitava a inclusão dos custos sociais e ambientais nos preços também foi suprimido, o que é claramente um retrocesso, já que esse tema constava nos compromissos da Rio-92, na Agenda 21.

Esses detalhes têm um potencial nefasto, pois integram-se a parágrafos muito abstratos e com linguagem confusa. A título de exemplo: o texto cita a necessidade de diminuir os impactos ambientais, mas não fala o quanto e muito menos como. Outro exemplo é a questão dos subsídios: fala-se em eliminar apenas os subsídios ineficientes, conceito que pode ser interpretado de inúmeras formas – inclusive sob o viés da eficiência dentro dos parâmetros da economia marrom.

No que tange aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerados por alguns como um dos poucos possíveis sucessos da negociação, o texto falha ao não definir temas, números e prazos. Como alternativa, recomenda designar um comitê para iniciar um processo que deverá apresentar um relatório sobre os ODS em setembro de 2013. Pelo visto, a Agenda 21 está condenada ao esquecimento.

A falta de ambição foi uma crítica comum a países desenvolvidos e em desenvolvimento. A União Europeia foi enfática. Condenou o fato de que o texto não provê soluções para os desafios que estamos enfrentando. Deixou claro que a parte de arranjos institucionais para o desenvolvimento sustentável está muito aquém do esperado. Argélia, China, G77 e Arábia Saudita destacaram a indefinição quanto aos meios de implementação e auxílio financeiro e questionaram o que iremos tirar dessa conferência, já que todos os compromissos estão no nível de processos e conceitos. Até os Estados Unidos disseram que estão preocupados com muitas partes do texto.

A sociedade civil também ficou decepcionada. Expressões como “desapontador”, “linguagem fraca”, “vergonha” e “falta de ambição” são apenas alguns exemplos da revolta das ONGs com o novo documento. Preocupa, sobretudo, que em todo o texto não sejam encontradas menções à justiça ambiental, a limites planetários e ao Princípio 10, que trata de acesso à informação e participação.

Por outro lado, eficiência e crescimento econômico são termos recorrentes, um inegável desalinhamento com as metas propostas para a Rio+20. Não é de se estranhar, portanto, que a criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável tenha sumido do texto. Ou que o PNUMA não seja reforçado como agência e que a proposta de um Comissário Para as Futuras Gerações tenha sido apagada. O objetivo de elevar o status da questão ambiental no âmbito da ONU parece ter sido esquecido.

Dada a falta de tempo para mais negociações, o novo texto provavelmente irá atingir o objetivo brasileiro: ser concluído antes da chegada do primeiro escalão. Ninguém quer assumir o ônus de encerrar a Rio+20 sem uma declaração para mostrar. Mas, com certeza, não é este o futuro que queremos.

14. O que nos espera após o fiasco da Rio+20?

Autor: Cândido Grzybowski

Data: 22/06/2012

Fonte: <http://www.canalibase.org.br/fiasco-da-rio20/>

Afinal, onde estamos? Para onde vamos? Como imaginamos o nosso destino comum em íntima relação com a natureza? De que forma construir as condições de bem viver e de felicidade para todos os seres humanos, sem distinção, cuidando e compartilhando o generoso Planeta que nos acolhe? Que mudanças precisamos fazer desde já no atual modo de nos organizar, produzir e consumir, gerador de exclusões e desigualdades sociais vergonhosas e destruidor da base da vida? São perguntas que cabe fazer neste final da Conferência Rio+20, quando mais uma vez nossos governantes demonstraram falta de determinação para iniciar a grande reconstrução de um mundo em crise. Muita pompa oficial para nada, propagando ainda mais incertezas sobre a nossa capacidade coletiva de mudar rumos para a sustentabilidade da vida, de todas formas de vida, e para a integridade do Planeta Terra. Enquanto isto... a crise se aprofunda e se amplia e a incerteza coletiva aumenta. A Rio+20 alimenta a capacidade destrutiva da crise mundial, ao invés de aproveitar o momento histórico e virar um marco de mudanças inadiáveis.

Precisamos afirmar em alto e bom tom que a crise de múltiplas facetas (climática e ambiental, financeira, alimentar, de valores...), que abarca o mundo inteiro, tem também um outro componente: a crise de governança. Isto se revela, de um lado, na falta de uma estrutura de poder mundial mais legítima do que a de hoje. O multilateralismo esgota-se e fica impotente diante da ameaça permanente dos imperialismos armados e seu poder de veto. Além disto, seu alcance esbarra nos Estados e suas velhas soberanias nacionais. É fundamental acrescentar, nesta sintética avaliação, que a economia hoje globalizada e a própria saúde das finanças públicas estatais dependem do enorme poder privado das grandes corporações econômico-financeiras, que submetem o mundo a seus interesses de acumulação. Temos um governo mundial de corporações mais do que de Estados.

Por outro lado, a crise de governança aparece na total falta de visão e vontade de mudar dos governantes, mas também dos parlamentos que os sustentam, por mais

limitado e contraditório que seja o espaço político que eles ainda detêm diante do chamado poder dos mercados. Mesmo que impossíveis, as grandes tarefas na história da humanidade sempre foram, antes de tudo, pensadas e sonhadas, para então serem criadas as condições que as tornaram possíveis. Vendo o panorama do mundo hoje e a patética Conferência Rio+20, a gente constata que faltam na arena mundial estadistas de grande porte político e ético, generosos e comprometidos, que ouçam as vozes e captem as demandas da nascente cidadania planetária por mudanças já, estadistas que liderem a definição de rumos e dos acordos democráticos para instaurar processos de mudanças aqui e agora.

Vale a pena ressaltar aqui que o fracasso da Rio+20 era, de algum modo, previsto. Eu mesmo escrevi uma série de crônicas a respeito. Mas havia aquela ponta de esperança que algo poderia acontecer e o desfecho ser outro. Afinal, política, ainda mais política democrática, é sempre imprevisível nos seus resultados, ao menos no quando e como se chega a eles. Mas desta vez, “eficientemente”, a diplomacia apostou no mínimo denominador comum, que acabou sendo um sinal abaixo do mínimo, da Eco 92 e do que era demandado pela opinião pública e as diversas vozes cidadãos do mundo. Como sempre, há algo de positivo a ressaltar na produção desta oca conferência: a economia verde, vendida como desenvolvimento sustentável, não é de consenso e nada foi aprovado a respeito. As grandes corporações, se festejam a incapacidade coletiva do poder constituído de mudar de rumo na organização da economia do mundo, não podem festejar nenhum ganho, pois não lhes foi dada a liberdade para uma avassaladora nova frente de negócios sem nenhuma regulação, abarcando toda a natureza com suas biotecnologias, nanotecnologias e geoengenharia. Mas a luta não acabou.

Quem faltou de forma mais incisiva na Rio+20 foi a nascente cidadania planetária. Aliás, é daí que precisam surgir movimentos de cidadania irresistíveis para história ser outra. Tentamos nos preparar para isto e estivemos em razoável número. Não poucos estiveram participando na Cúpula dos Povos e, também, no distante Riocentro. Alguns, como sempre, exerceram a diplomacia cidadã e tentaram influir na produção do documento final. Barulho fizemos e até bastante. Mostramos, sobretudo no Aterro do Flamengo, a vibrante e até alegre diversidade que caracteriza os povos abrigados pelo Planeta Terra. Mas, é necessário reconhecer, faltou gente e nos faltou força para criar uma real densidade política democrática capaz de inverter o jogo ou, ao menos, ameaçar. Também, não conseguimos superar a nossa fragmentação e o enorme ruído que ela gera para nós mesmos e ecoa para fora. Chegamos a pouco em termos de

caminhos para novos paradigmas, o mote que nos uniu. Mostramos indignação, insurgência, capacidade de mobilização, mas não ainda um ideário e propostas feitas de múltiplos e diversos sonhos, de muitas e diversas identidades sociais e culturais, de pluralismo de visões, análises e modos de agir. A incapacidade dos governos diante de suas contradições e, sobretudo, do poder das corporações, mais uma vez patente nesta Conferência da ONU, só pode ser superada pela nossa determinação de cidadãos e cidadãos responsáveis, que creem e agem para que outros mundos sejam possíveis. Cabe a nós a tarefa de empurrar governos para mudanças, não nos iludamos.

15. Reservas e interpretaciones de Bolivia a la declaración “El futuro que queremos” de Río+20

Autor: Estado Plurinacional de Bolivia

Data: 22/06/2012

Fonte: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=151856>

El Estado Plurinacional de Bolivia desea sumarse al consenso de esta Declaración con las siguientes reservas e interpretaciones, las cuales solicitamos sean reflejadas en el acta de esta sesión plenaria:

1. Reservas

“Economía Verde”

El Estado Plurinacional de Bolivia rechaza “economía verde” como un nuevo modelo y herramienta para la privatización de la naturaleza y la sociedad, con el pretendido supuesto de alcanzar el desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza. Por esto, el Estado Plurinacional de Bolivia se reserva su posición en todas las referencias de “economía verde” y cualquier interpretación derivada que pudiera ser entendida como: mercantilización de las funciones y los ciclos de la naturaleza, pago por servicios ambientales, formas de evasión de los compromisos adquiridos por parte de los países desarrollados hacia los países en desarrollo, obligaciones para los países en desarrollo y condicionalidades a la cooperación técnica, tecnológica y/o financiera, con recursos reembolsables y no reembolsables, incluyendo la que provenga de entidades financieras internacionales, para el desarrollo sostenible de los países en desarrollo.

El Estado Plurinacional de Bolivia asume y reafirma, como se expresa en el párrafo 56 de la Declaración, que existen “diferentes enfoques, visiones, modelos y herramientas disponibles a cada país, de acuerdo a sus circunstancias nacionales y prioridades para lograr el desarrollo sostenible”, y que los países tienen el derecho soberano a elegir sus propios enfoques, visiones, modelos y herramientas de desarrollo sostenible. Bolivia ha optado de forma soberana por la visión del Vivir Bien a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, para construir una

sociedad equitativa, justa y solidaria, respetando los derechos de los pueblos indígena originario campesinos y del pueblo boliviano.

Teniendo presentes los principios de derecho internacional, tales como los de la igualdad de derechos, la libre determinación de los pueblos, la igualdad soberana de todos los Estados, la no injerencia en los asuntos internos de los Estados, el derecho al desarrollo, y en el marco del ejercicio de sus competencias otorgadas por la Ley internacional, el Estado Plurinacional de Bolivia entiende que los medios de implementación y flexibilidades en el marco del desarrollo sostenible están vigentes, por cuanto no deben existir condicionalidades para los diferentes enfoques, visiones, modelos y herramientas adoptadas por los gobiernos para alcanzar el desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza. Al mismo tiempo, el Estado Plurinacional de Bolivia entiende que las agencias y programas de Naciones Unidas implementarán esta Declaración respetando el acuerdo de los Estados miembros y sin introducir elementos no acordados en esta Conferencia.

Subsidios a la energía

El Estado Plurinacional de Bolivia se reserva su posición con respecto al párrafo 225 de esta Declaración sobre la racionalización de los subsidios ineficientes a la energía fosil porque este implica una reestructuración de nuestro sistema tributario y de regalías, y es contrario a la Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia ya que vulnera decisiones que son de estricto carácter soberano. Afirmamos por otro lado que la aplicación de dicho párrafo tiende a implicar imposición, intromisión externa, potencial compromiso vinculante y condicionalidad externa para la cooperación internacional, por lo que no debe estar vinculado en adelante a los denominados “objetivos de desarrollo sostenible”. Asimismo, no se aceptará ningún tipo de evaluación, monitoreo, reporte y revisión de nuestras medidas y políticas energéticas nacionales que signifiquen una afectación a nuestra soberanía nacional.

Mecanismos Innovadores de Financiamiento

El Estado Plurinacional de Bolivia se reserva su posición sobre noción de “*mecanismos innovadores de financiamiento*”, contemplados entre otros en los párrafos 253 y 267 de la Declaración, cuando éstos puedan implicar o ser interpretados como fuentes provenientes de mercados de carbono, mercados de agua y de derechos de agua,

pagos por servicios ambientales, y esquemas de mercantilización de las funciones y ciclos de la naturaleza.

2. Interpretaciones

Soberanía Alimentaria

El Estado Plurinacional de Bolivia interpreta el termino “*seguridad alimentaria*”, contemplado en la sección “Seguridad alimentaria y nutrición y agricultura sostenible”, como el logro de la soberanía alimentaria, en el marco del proceso del Saber Alimentarse para Vivir Bien, recogiendo la definición del Foro Mundial sobre la Soberanía Alimentaria realizado en La Habana – Cuba el año 2001, como *"el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental"*.

Tecnología

El Estado Plurinacional de Bolivia, con respecto al párrafo 272 de la Declaración, interpreta el fortalecimiento de la capacidad en ciencia y tecnología incluyendo no sólo el conocimiento académico e institucional, sino también las formas de ciencia, tecnología tradicional, saberes locales y conocimientos ancestrales de los pueblos indígena originario campesinos y del pueblo boliviano en el marco de la interculturalidad y el diálogo de saberes.

16. A geopolítica do retrocesso

Autor: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)

Data: 27/06/2012

Fonte: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=9643>

A supressão da expressão “direitos reprodutivos” do texto final da Conferência Rio+20 não pode ser interpretada como um fato isolado. Pelo contrário, reflete um horizonte de tensas disputas – que se arrastam há décadas - marcadas pela atuação de forças religiosas conservadoras combativas. Em jogo, a autonomia e a liberdade das mulheres, cujas vidas parecem cada vez mais vulneráveis, na medida em que tradicionais defensores dos direitos humanos recuam ante a prioridades econômicas que compõem a geopolítica mundial.

A atuação de setores religiosos dogmáticos é uma constante histórica. Nos anos 1990, durante as Conferências da ONU sobre População e Desenvolvimento (Cairo/1994) e sobre as Mulheres (Pequim/1995) que definiram e consagraram os direitos sexuais e reprodutivos como diretrizes a nortear os países-membros das Nações Unidas, tais forças, capitaneadas pelo Vaticano, tentaram impedir a elaboração de princípios progressistas para a vida das mulheres.

Na posição de líder conservador, o Vaticano sempre teve forças auxiliares – na América Latina, Nicarágua, Honduras e El Salvador integram a tropa de choque do Estado papal – para atuar nos fóruns internacionais. Esta aliança – chamada criticamente pelos movimentos sociais de “*unholy alliance*” – tornou-se uma presença constante nas negociações internacionais que tratam das questões sexuais e reprodutivas. A visão dogmática de sacralização da vida norteia tal postura, trazendo tudo o que diz respeito a eventos biológicos para o campo da política. Não é por outro motivo que temas como aborto, eutanásia e pesquisas com células-tronco são empalmados como bandeiras de luta.

Nas revisões das Conferências dos anos 1990 – Cairo+5 e Pequim+5 –, houve uma forte atuação destes setores. “Não há nada de novo na pressão que forças conservadoras fazem nas arenas internacionais. O que é novo é o recuo de atores que tradicionalmente sempre se colocaram na defesa das mulheres. Infelizmente, há uma perda de força de

vozes progressistas nas deliberações que se dão em fóruns internacionais”, afirma Sonia Correa, co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política.

Nas negociações do texto final da Rio+20, apenas EUA e Noruega tiveram uma posição mais explícita de contrariedade com a retirada do termo. Em seu discurso na Conferência, a secretária de estado norte-americana, Hillary Clinton, afirmou ser necessário assegurar os direitos reprodutivos das mulheres e que tais direitos devem ser respeitados em acordos internacionais.

Já países como o Brasil, que nos anos 1990 teve uma atuação consistente em prol da elaboração de princípios favoráveis às mulheres, preferiram o silêncio. Mesma atitude teve a União Europeia, que permaneceu calada.

Nos últimos anos, a pressão de setores conservadores liderados pelo Vaticano e por países islâmicos tem encontrado um flanco aberto para sua artilharia. No final de 2011, durante exposição do relatório especial sobre saúde, de Anand Grover, na Assembleia da ONU, houve ataques de diversos países. O texto definia a criminalização do aborto como uma violação de direitos humanos e pedia, neste sentido, o fim de legislações penais sobre o tema. Tradicionais promotores dos direitos femininos permaneceram em silêncio, como o Brasil, onde a vida reprodutiva das mulheres – fator relevante nas estatísticas de mortes - ainda é vista predominantemente pela ótica do controle religioso e da moral.

O silêncio de antigos aliados na luta pela autonomia feminina é um reflexo da configuração das relações internacionais nos tempos atuais. Sobretudo a partir da subida ao poder de governos de esquerda, houve uma intensificação dos elos entre países do Hemisfério Sul. Nesta dinâmica, a agenda econômica determina o rumo das condutas governamentais. Em prol da união do G77 (grupo de países em desenvolvimento), direitos reprodutivos e sexuais tornaram-se moeda de troca na Rio+20. Em tempos de crise econômica mundial, salienta Sonia Correa (foto), “há um tensionamento da geopolítica diante dos efeitos gerados pelas dificuldades financeiras dos Estados. Entrincheirados na defesa de suas economias, os governos usam os direitos sexuais e reprodutivos como escambo”, observa.

A situação interna dos direitos femininos, em muitos países, também deve ser compreendida no bojo do recrudescimento das pressões de setores conservadores. Em 2007, para obter sustentação política, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, patrocinou a criminalização do aborto em todos os casos. Anos antes, em 2004, a descriminalização do aborto no Uruguai – país tradicionalmente aberto aos direitos

femininos e reconhecido como dos mais laicos da América Latina – chegou ao Congresso e, desde então, está travada diante das conveniências políticas.

Nos Estados Unidos, nos últimos anos, movimentos conservadores têm sistematicamente atuado contra a legalidade do aborto. Sobretudo após a passagem de George W. Bush pela presidência do país (2001-2009), tais segmentos têm atuado ostensivamente contra a legalidade do aborto – estabelecida em 1973 pela Corte Suprema do país. No início do ano, houve uma forte pressão contra medida do presidente Barack Obama que obrigava os empregadores a distribuir métodos anticoncepcionais aos funcionários. A Igreja Católica protestou, justificando que a iniciativa infringia a liberdade religiosa ao obrigar as instituições ligadas à Igreja a também oferecerem anticoncepcionais. Pressionado, o presidente Obama recuou e disse que as instituições poderiam alegar “objeções religiosas” para não distribuir os medicamentos.

A atuação consistente, organizada e bem financiada de grupos conservadores nos EUA tem gerado efeitos. Segundo pesquisa do Instituto Gallup, atualmente o apoio à legalização do aborto é de 41%, cifra bem abaixo dos 56% mensurados em 1995.

O silêncio da União Europeia espelha o estado interno de muito de seus países membros. Logo após assumir o governo da Espanha, o primeiro-ministro, Mariano Rajoy, sinalizou que alteraria a lei de aborto. O ministro da Justiça, Alberto Ruiz-Gallardón afirmou que a lei seria reformulada sob o pressuposto de defesa da vida e proteção de indefesos. Atualmente, a interrupção voluntária da gravidez é permitida até a 14ª semana de gestação sem qualquer justificativa.

Outros países também têm apresentado um endurecimento na questão do aborto. As iniciativas se proliferam pela Europa. No ano passado, o governo da Hungria, chefiado pelo ultraconservador Viktor Orban, incluiu na Constituição “a proteção da vida desde a sua concepção”. Na Suíça, movimento pró-vida conseguiu mobilizar mais de 100 mil pessoas e apresentar no Parlamento uma iniciativa popular para proibir o financiamento público do aborto. Na Rússia, um projeto de lei pretendia que mulheres fossem obrigadas a ouvir o coração do feto. Medidas contra o aborto também foram articuladas na Romênia.

No caso brasileiro, a conduta do governo Dilma Rousseff tem sido alvo de críticas de movimentos que lutam pelos direitos humanos. A presidente, que integra um governo associado a um partido e a uma história de esquerda, tem cedido em termos de direitos femininos desde os tempos de campanha, e a integralidade da saúde da mulher

em todos os seus eventos reprodutivos parece ser uma carta fora do baralho das opções de suas políticas. Basta lembrar a MP 557, medida provisória que, editada no recesso do final de 2011, despertou revolta entre as feministas ao prever a criação de cadastro de acompanhamento das mulheres grávidas, o que foi considerado uma espécie de “vigilantismo reprodutivo” que deixava de lado problemas como a qualidade da assistência médica. Tudo isso em um país onde a mortalidade materna está longe das metas do milênio estipuladas pela ONU: no quadro atual, são 56 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. A ONU vê como meta o número de 35 para cada 100 mil.

A questão dos direitos femininos não pode ser avaliada sem uma leitura da configuração parlamentar. Como em diversos países ao redor do mundo, o Congresso brasileiro vem se mostrando um solo fértil para que setores conservadores finquem terreno e batalhem, institucionalmente, pela agenda contra os direitos sexuais e reprodutivos. Um exemplo de ação é o Estatuto do Nascituro, projeto em trâmite no Parlamento que concede direitos e proteção jurídica ao feto.

As condições políticas atuais estão acirradas. Tanto no plano interno como no plano externo, os direitos femininos estão sob constante ameaça. A inoperância de Estados historicamente atrelados a uma agenda propositiva e o recrudescimento de forças conservadoras compõem um cenário inquietante. Até que ponto a vida das mulheres – que representam mais da metade da população mundial - deve ser decidida em razão das conveniências geopolíticas e político-eleitorais? Não deveria a política estar a serviço dos cidadãos e seus direitos, ao invés de servir a determinações econômicas e pressupostos dogmáticos? A resposta para os movimentos de mulheres é fácil e óbvia, assim como as soluções. Difícil parece ser integrar tais soluções às agendas dos Estados nacionais.

Enquanto isso, o panorama atual exige que os movimentos feministas intensifiquem a mobilização em todos os espaços e fóruns de discussão e deliberação. A Rio+20, apesar do retrocesso relativo ao texto final, demonstrou que a bandeira dos direitos femininos tem sido empalmada por diferentes vozes. “As demandas das mulheres, felizmente, têm sido incorporados por outros atores do campo dos direitos humanos, o que fortalece a luta. Apenas por meio de contestação conseguiremos avançar”, conclui Sonia Correa.

17. A mensagem sombria, mas de esperança, da Rio+20

Autor: Pedro Chadarevian

Data: 28/06/2012

Fonte:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/22719/outra+economia+a+mensagem+sombria+mas+de+esperanca+da+rio%2B20.shtml>

A maior dificuldade enfrentada atualmente nas negociações entre os países para o estabelecimento de metas para o meio ambiente deve-se essencialmente a dois problemas associados entre si: primeiro, a ausência de um marco regulatório global para a sustentabilidade; segundo, a resistência em se adotar uma definição clara, objetiva e mensurável de desenvolvimento sustentável.

Diante destes problemas, que revelam as contradições inerentes ao próprio padrão de acumulação e de consumo das potências econômicas do planeta, o desfecho da última conferência mundial sobre o meio ambiente, a Rio+20, não poderia ter sido outro senão a elaboração de mais uma carta de intenções sem grande poder de interromper o ritmo frenético de devastação ambiental em nosso planeta. Mas nunca as intenções foram permeadas de motivações tão nobres como agora.

Consideremos a questão das instâncias internacionais disponíveis para tratar dos temas ambientais. Para regular as trocas econômicas internacionais, temos a OMC (Organização Mundial do Comércio). Para se discutir pendências e arranjos políticos entre os países o palco privilegiado tem sido a ONU (Organização das Nações Unidas). O sistema financeiro é em parte regido por normatização específica estabelecida nos acordos de Basileia. No entanto, o mundo ainda carece de um marco regulatório global para resolver conflitos e implementar diretrizes relacionadas ao meio ambiente. Até o momento, apenas alguns passos tímidos foram dados neste sentido, como o estabelecimento do protocolo de Quioto ou a realização de conferências globais do clima (ambos boicotados pelos EUA), porém, com resultados pouco eficazes. Uma organização internacional do meio ambiente, tal como para as outras dimensões das relações internacionais entre os países (a financeira, a política, a comercial), seria

fundamental para se resolver conflitos e problemas ambientais, estipulando por exemplo metas rígidas de redução das emissões de gases poluentes no âmbito de um marco regulatório para o desenvolvimento sustentável, sob pena de sanções internacionais para os maus alunos.

E eis aqui que surge aquela que me parece ser a principal incoerência do documento final da Rio+20. Do que estamos falando exatamente quando mencionamos o desenvolvimento sustentável das nações? Esta é uma temática que se tornou central no debate a partir dos primeiros alertas de ambientalistas que associaram o uso indiscriminado dos recursos naturais com o aquecimento global. No entanto, o termo sustentável se tornou rapidamente uma panacéia, incluindo tudo – e portanto nada –, especialmente após a sua inteligente apropriação pelo marketing das grandes corporações privadas globais.

Iludidos pela propaganda, muitos consumidores se sentem aliviados em sua consciência ambiental quando encontram selos verdes ou algo do gênero em seus produtos preferidos (desde cadernos até carros com tração nas quatro rodas). A hipocrisia é tamanha que o Brasil, entre outros países emergentes, tem se colocado como exemplo de uma estratégia de desenvolvimento pretensamente movida a energia renovável e sustentável. Alusão refutada por quaisquer dos indicadores sólidos de sustentabilidade adotados no debate científico dos climatólogos, não por acaso afastados dos palcos políticos mais importantes da Rio+20.

Na verdade, o que o governo de muitos dos países do G20 chamam de economia verde, pouco tem de sustentável. O critério de avaliação de impacto ambiental mais sério da academia, mas ignorado ainda pelos políticos, é a superfície vegetal do país, pois são estas áreas que garantem a purificação da pegada humana de gás carbônico que ameaça o planeta.

Segundo esse critério, a geração de energia elétrica no Brasil e na China, por exemplo, dependente da inundação de imensas áreas ocupadas por florestas é altamente poluente; bem como a política de substituição de combustível fóssil por etanol ou biodiesel em países como os EUA e novamente o Brasil, pois são produtos que demandam uma superfície agrícola muito grande para ser minimamente acessível para os consumidores. Nem mesmo a energia eólica, a atual campeã da sustentabilidade, escapa a uma análise de impacto ambiental mais rigorosa, por também depender de uma escala de produção com uso intensivo de recursos naturais.

A chave da nossa sobrevivência em um mundo realmente sustentável depende, portanto, do desenvolvimento de uma tecnologia de geração de energia extensiva no uso de recursos naturais, ou seja que polua pouco, sendo capaz de manter ou mesmo elevar a superfície de nossos territórios com cobertura florestal. Parece sonho, mas isso já acontece em alguns países centrais avançados, como na França, no Japão ou ainda no Canadá. Lá, pelo visto, a consciência ambiental atingiu um outro patamar, e a resposta vem imediatamente com a maior qualidade de vida da população. Porém, em escala planetária, a realidade é bem diferente, por conta do ritmo acelerado de devastação ambiental imposto por um modelo de capitalismo extensivo em recursos naturais, aplicado principalmente nos países em desenvolvimento. O acesso às tecnologias poupadoras de recursos naturais, e intensivas em pessoal qualificado e capital, é ainda muito restrito aos países centrais, inclusive por conta da existência de mecanismos institucionais e instrumentos de poder que os mantêm no controle destas técnicas de produção.

Neste ponto temos de reconhecer o avanço do documento final da Rio+20: a sustentabilidade do planeta depende não apenas de uma revisão no nosso padrão de consumo, mas também no nosso modo de produção e na relação entre os países. Traduzindo para uma terminologia um pouco menos utópica, isto significa reconhecer que ou agimos já, ou capitalismo estará rumando para o seu fim não tanto pelo lento desenvolvimento de suas contradições internas, mas sim pelo simples, porém voraz, desenvolvimento natural de suas forças produtivas.